



EDITAL DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026		Processo: PROCESSO ELETRÔNICO: 0004010.23.01-2025	
Data de Abertura: 18/05/2026		Horário de Abertura: 10:00 Horas (Horário de Brasília)	
Plataforma (site): https://www.licitanet.com.br			
Órgão Requisitante: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS			
Objeto: Contratação de empresa qualificada para prestação de serviços de comuns (FORNECIMENTO - ADMINISTRAÇÃO - GERENCIAMENTO DE VALE ALIMENTAÇÃO) dos servidores através do CARTÃO ALIMENTAÇÃO ELETRÔNICO COM CHIP, visando atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari - PMCJ/RO, conforme Termo de Referência.			
Valor Total Estimado para Contratação: R\$ 4.500.000,00 (Quatro Milhões e Quinhentos Mil Reais).			Lance Mínimo: R\$ 0,01
Registro de Preços? Não	Vistoria / Visita Técnica Facultativo	Instrumento Contratual Contrato	Critério de Julgamento Menor Taxa de Administração
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO			
Requisitos Básicos: Sicaf ou documentos equivalentes		Requisitos Específicos Conforme Termo de Referência	
O detalhamento dos documentos/requisitos de habilitação deve ser consultado na seção do instrumento convocatório acima indicada.			
Modo de Disputa Aberto	Licitação Exclusiva ME/EPP? Não	Reserva de Cota ME/EPP? Não	Exige Amostra/ Demonstração Não
DA NÃO UTILIZAÇÃO DE LOTES EXCLUSIVOS E COTAS RESERVADAS DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006 - (ART. 48, I E III), conforme estabelecido pela ordenadora de despesa no item 16. do Termo de Referência – Anexo I deste Edital.			
Prazo de envio da Proposta Reajustada e Documentos de Habilitação: 120 (Cento e vinte minutos) ou 02 (Duas) horas, após a convocação realizada pelo Agente Conductor.			
Pedidos de Esclarecimentos e Impugnações: EXCLUSIVAMENTE ATRAVÉS DA PLATAFORMA LICITANET, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da sessão pública, conforme Art. 164 da Lei nº 14.133/2021, demais condições junto ao Edital e demais anexos do edital.			
Observações Gerais Obs.: Solicitamos dos fornecedores a leitura de todo edital e anexos. Recomendamos aos licitantes a leitura atenta às condições/exigências expressas neste edital e seus anexos, objetivando uma perfeita participação no certame licitatório.			





EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2026/SML/PMCJ
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 0004010.23.01-2025

LICITAÇÃO ABERTA COM AMPLA PARTICIPAÇÃO

1 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1 Preâmbulo:

1.1.1 A Prefeitura do Município de Candeias do Jamari-RO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº. 63.761.902/0001-60, com sede à Avenida Tancredo Neves, nº. 1781, Bairro União, através do Pregoeiro designado pela Portaria nº 504/2025, Decreto Municipal nº. 8.767 de 2023 torna público que se encontra autorizadas a realização da licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, sob o nº **06/2026/PREGÃO** do tipo **MENOR TAXA DE ADMINISTRAÇÃO**, critério de julgamento **POR ITEM**, tendo por finalidade a Contratação de empresa qualificada para prestação de serviços de comuns (FORNECIMENTO - ADMINISTRAÇÃO - GERENCIAMENTO DE VALE ALIMENTAÇÃO) dos servidores através do CARTÃO ALIMENTAÇÃO ELETRÔNICO COM CHIP, visando atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari - PMCJ/RO, conforme Termo de Referência, nos termos da Lei Municipal nº 1818/2025, por período estimado de 12 (doze) meses, disposto no Art. 40, II; Art. 6º, Art. 84, lei nº 14.133/21, com intuito de suprir as necessidades da Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari. Conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei n. 14.133/2021, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, bem como as demais legislações complementares e ainda pelas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e, em conformidade com a autorização contida no Processo.

1.1.2 O regime legal adotado neste procedimento é aquele previsto na Lei n. 14.133/2021.

1.1.3 O instrumento convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis, para conhecimento e retirada, no endereço eletrônico: <https://www.licitanet.com.br/> (**LICITANET**); e/ou <https://www.candeiasdojamari.ro.gov.br/> na aba de anexos da licitação no link: https://athus2.candeiasdojamari.ro.gov.br/transparencia/processo_compras/.

1.1.4 A sessão inaugural deste **PREGÃO ELETRÔNICO** dar-se-á por meio do sistema eletrônico, na data e horário, conforme abaixo:

PLATAFORMA DE LICITAÇÕES “LICITANET”	
AGENTE DE CONTRATAÇÃO:	RAQUEL FRANÇA GIL DA SILVA
INÍCIO PARA CADASTRO DE PROPOSTAS:	04/05/2026 às 00h00min. (Horário Brasília).
LIMITE P/ CADASTRO DE PROPOSTAS:	18/05/2026 às 09h59min. (Horário Brasília).
DATA DE ABERTURA DA SESSÃO:	18/05/2026 às 10h00min. (Horário Brasília).

1.1.5 Não havendo expediente, ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão pública será transferida para uma data posterior, mediante comunicação do pregoeiro aos licitantes;

1.1.6 Os horários mencionados neste Edital de Licitação referem-se ao horário oficial de Brasília DF, salvo quando explicitamente descrito em contrário.

1.2 Da Formalização e Autorização:

1.2.1 Esta Licitação encontra-se formalizada e autorizada por meio do **Processo Adminis-**

Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia
CEP: 768.60-000 – E-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br





trativo nº 0004010.23.01-2025, e destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo de que lhe são correlatos.

1.2.2 Todo o procedimento licitatório será realizado somente através do sistema contido no endereço eletrônico <https://www.licitanet.com.br/>, onde permanecerão disponíveis todos os atos, avisos e demais documentos relativos às fases da licitação, bem como disponibilizados para consulta, integralmente, o instrumento convocatório e seus elementos para leitura e retirada, propostas e Atas dele provenientes.

2 – DAS DISPOSIÇÕES DO OBJETO

2.1. OBJETO: Contratação de empresa qualificada para prestação de serviços de comuns (FORNECIMENTO - ADMINISTRAÇÃO - GERENCIAMENTO DE VALE ALIMENTAÇÃO) dos servidores através do CARTÃO ALIMENTAÇÃO ELETRÔNICO COM CHIP, visando atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari - PMCJ/RO, conforme Termo de Referência, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

2.1.1 A licitação será julgada por **ITEM**, conforme tabela constante do Termo de Referência (ANEXO I deste Edital). Facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2.2.1. DAS ESPECIFICAÇÕES E ESTIMATIVAS DE PREÇOS: Conforme Termo Referência em anexo (**ANEXO I**)

2.2.2 Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no sistema <https://www.licitanet.com.br/>, e as especificações constantes no **Termo de Referência** e neste Edital, prevalecerão às últimas;

2.3 Das Especificações e das Estimativas de Preços:

2.3.1 Informamos que os itens juntamente com seus valores Unitários e Totais, se encontram junto ao **Estudo Técnico Preliminar – ETP e Termo de Referência – TR**, anexo I deste Edital.

2.3.2 A Proposta deverá ser cadastrada por item, conforme **Termo de Referência**.

2.3.3 Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no sistema **LICITANET**, e as especificações constantes no **Termo de Referência** e neste **Edital**, prevalecerão às últimas;

2.4 Do Prazo/ Local e Condições de Entrega/ Recebimento:

2.4.1 E demais obrigações ficam aqueles estabelecidos no anexo I deste Edital – **Termo de Referência**, o qual foi devidamente aprovado pela ordenadora de despesa do órgão requerente;

a) Local/Horário de Entrega – Conforme estabelecido no **Termo de Referência** – Anexo deste Edital.

b) Prazo de Entrega do Objeto – Prazo de entrega, conforme **Termo de Referência** – Anexo I deste Edital.

c) Da Garantia, Manutenção e Assistência Técnica – Conforme estabelecidos no **Termo de Referência** – Anexo I deste Edital.

2.5 Da Secretaria Participante deste Registro de Preços:

2.5.1 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS-SEMFIN.

Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia
CEP: 768.60-000 – E-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br





2.6 Doa Recursos Orçamentários (Elemento de Despesa):

2.6.1 Conforme **Termo de Referência**, anexo I deste Edital.

2.7 Do Pagamento:

2.7.1 Conforme **Termo de Referência e Minuta do Contrato**, anexo I deste Edital.

2.8 Do Reajuste:

2.8.1 O reajuste contratual será processado em estrita observância ao disposto no Termo de Referência – Anexo I deste Edital, cujas disposições integram o instrumento convocatório para todos os fins de direito.

3 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.2.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.3 Não poderão disputar esta licitação: (Previstos nos Art. 9º e 14º da Lei 14.133/21):

3.3.1 Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.3.2 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.3.3 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.3.4 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.3.5 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.3.6 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.3.7 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.3.8 Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.3.9 Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.3.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.3.11 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do con-

Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia

CEP: 768.60-000 – E-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br





trato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

3.3.12 Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente.

3.4 O impedimento de que trata o **item 3.3.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.5 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os **itens 3.3.2 e 3.3.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.6 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.7 O disposto nos **itens 3.3.2 e 3.3.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.8 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

3.9 A vedação de que trata o **item 3.3.8** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.10 Em tempo, será analisado também:

3.10.1 Suspensos de participar de licitações e impedidos de contratar com a Prefeitura de Candeias do Jamari/RO, nos termos do Art. 87, III, da Lei n. 8.666/1993 e do Art. 7º da Lei n. 10.520/2002; **(até que se encerre os prazos das sanções)**;

3.10.2 Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 87, IV, da Lei n. 8.666/1993; **(até que se encerre os prazos das sanções)**;

3.10.3 Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei n. 14.133/2021.

4 – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.2 O licitante interessado **poderá, se assim entender**, enviar os documentos de habilitação exigidos no edital concomitantemente com a proposta.

4.3 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
4.3.1 Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendi-

Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia
CEP: 768.60-000 – E-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br





mento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2 Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.3.3 Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4 Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

4.3.5 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

4.3.6 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.3.7 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “**não**” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.3.8 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “**não**” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa;

4.3.9 A falsidade da declaração de que trata os **itens 3.4** ou **3.6** sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital;

4.3.10 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública;

4.3.11 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances;

4.3.12 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances;

4.3.13 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

a) A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

b) Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.3.14 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

a) Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

b) Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.3.15 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na

Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia

CEP: 768.60-000 – E-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br





forma do **item 4.3.13** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno;

4.3.16 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão;

4.3.17 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5 – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- a) valor unitário e total;
- b) Marca/Modelo nos casos das peças;
- c) Fabricante;
- d) Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do **Termo de Referência**; indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, **quando for o caso**.

d-1) Para melhor análise da Proposta, a mesma deverá estar acompanhada de folders/prospecto/ catálogo que contenham as especificações dos objetos ofertados.

d-2) A não solicitação da Comissão de Análise Técnica não exime a CONTRATADA da obrigação de apresentação do selo, certificado, registro ou laudo, de controle de qualidade de fabricação respectivo;

5.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o **Termo de Referência**, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia
CEP: 768.60-000 – E-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br





5.9 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6 – DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, DA FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1 Da Abertura da Sessão:

6.1.1 A abertura da presente licitação conduzida pelo pregoeiro, dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.1.2 Este edital poderá ser republicado para atualização dos preços registrados em decorrência deste pregão, com a indicação da data e da hora de realização da sessão pública, dos quantitativos atualizados, se for o caso, e do novo orçamento estimado, observada a mesma publicidade do certame inicial.

6.1.3 Durante a sessão pública, a comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

6.1.4 Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou por estar desconectado do sistema, inclusive quanto ao não encaminhamento de documento afeto à proposta.

6.2 Da Classificação das Propostas:

6.2.1 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.2.2 As propostas cadastradas pelos licitantes no sistema eletrônico que descumprirem exigências do edital quanto à forma de sua apresentação e/ou apresentarem erros que prejudiquem a oferta de lances e o caráter competitivo do certame também serão desclassificadas, mediante decisão fundamentada do pregoeiro. Conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

6.2.3 Somente os licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

6.3 Da Formalização de Lances:

6.3.1 Aberta a etapa competitiva, os licitantes classificados deverão encaminhar lances sucessivos exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e do valor consignados no registro de cada lance.

6.3.2 As licitantes poderão oferecer lances menores e sucessivos, observado o horário fixado e as regras de sua aceitação, de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste Edital;

6.3.3 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **R\$ 0,01 (um centavo)**;

6.3.4 O licitante poderá uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutable;

6.3.5 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **"ABERTO"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações;

6.3.6 A etapa de lances da sessão pública terá duração de **10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos





2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública;

6.3.7 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de **2 (dois) minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários;

6.3.8 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública será encerrada automaticamente.

6.3.9 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações;

a) Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.3.10 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço;

6.3.11 Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração;

6.3.12 Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir com o exigido, o pregoeiro, poderá convocar no CHAT MENSAGEM para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os PARA MENOS automaticamente caso a licitante permaneça inerte;

6.3.13 Durante a fase de lances, o pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

a) A exclusão de lance é possível somente durante a fase de lances, conforme possibilita o sistema eletrônico, ou seja, antes do encerramento do **item**;

6.3.14 Se ocorrer a desconexão do pregoeiro no decorrer da etapa de lances, mas o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados;

6.3.15 No caso de a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio <https://www.licitanet.com.br/>;

6.3.16 O pregoeiro, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízos aos atos realizados;

6.4 Do Benefício às Microempresas e às Empresas de Pequeno Porte:

6.4.1 A obtenção de benefícios previstos dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar n. 123/2006 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o licitante apresentar declaração de observância desse limite conjuntamente para fins de habilitação;

6.4.2 Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte apta a usufruir dos benefícios e se houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até **5% (cinco por cento)** superior à proposta mais bem classificada, se procederá da seguinte forma:

I – A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de **5 (cinco) minutos**, apresentar proposta de preço inferior à do licitante mais bem classificado e, se atendidas as exigências deste edital, ser adjudicatária;

II – Não sendo adjudicatária a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma do subitem anterior, e havendo outros licitantes que se enquadrem na condição prevista no *caput* deste item, estes serão convocados, na





ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III – O convocado que não apresentar proposta dentro do prazo de **5 (cinco) minutos**, controlado pelo sistema eletrônico, decairá do direito previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n. 123/2006.

6.4.3 Na hipótese de não adjudicação nos termos previstos nesta cláusula, o procedimento licitatório prosseguirá com os demais licitantes.

6.5 Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

6.5.1 Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.5.2 Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes;

6.5.3 Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.5.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

6.5.5 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

b) Empresas brasileiras;

c) Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

6.6 Nos casos em que o **sistema LICITANET** não indicar o vencedor, a escolha do vencedor será feita através de sorteio, em sessão pública, com a convocação dos interessados.

7 – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

7.1 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.2 O pregoeiro iniciará os procedimentos necessários à aceitabilidade da proposta de melhor preço e verificará a conformidade da marca e modelo informados ou especificação técnica dos serviços com as exigências contidas neste edital e a compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado para a contratação, podendo solicitar, se necessário, a planilha de composição de custos adequada ao lance equivalente à proposta de melhor preço no prazo estipulado no *chat* durante a sessão.

7.3 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.4 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.5 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.





7.6 Será desclassificada a proposta que contiver vício insanável; que não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital ou apresentarem desconformidade com exigências do ato convocatório.

8 – DA PROPOSTA FINAL ATUALIZADA:

8.1 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **120 (cento e vinte) minutos**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados. Observar o modelo do anexo II – Formulário de Apresentação da Proposta.

8.1.1 O prazo de envio poderá ser prorrogado por solicitação do licitante convocado ou por decisão do **Pregoeiro**, ambas as opções devidamente justificadas;

8.1.2 O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada no **item 8.1**, será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

8.2 A proposta enviada via sistema, após convocação do **Pregoeiro**, deverá obedecer às condições previstas no **item 5** e subitens deste Edital.

8.2.1 O envio da proposta de preços ajustada, e seus anexos (QUANDO SOLICITADO), deverá ser anexada corretamente no sistema licitanet, sendo esta compactada arquivo único (EXCEL, WORD, ZIP, DOC, DOCX, JPG OU PDF), tendo em vista que há apenas um campo de inserção.

8.3 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo **Pregoeiro**, destacam-se os que contêm as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.4 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o **Pregoeiro** examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.5 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.6 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.7 Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com **VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS** com no máximo **02 (duas) casas decimais**, considerando as quantidades constantes no **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**. Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir com o exigido, o **Pregoeiro**, poderá convocar no **CHAT MENSAGEM** para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os **PARA MENOS**.

8.8 Das Correções Admissíveis;

8.1.1 Nos casos em que o Pregoeiro constatar a existência de erros numéricos nas propostas de preços, sendo estes não significativos, proceder-se-á as correções necessárias para a apuração do preço final da proposta, obedecendo às seguintes disposições:

- a) Havendo divergências entre o preço final registrado sob a forma numérica e o valor apresentado por extenso, prevalecerá este último;
- b) Havendo divergências nos subtotais, provenientes dos produtos de quantitativos





por preços unitários, o(a) Pregoeiro(a) procederá à correção dos subtópicos, mantendo os preços unitários e alterando em consequência o valor da proposta.

8.9 A aceitação da proposta poderá ocorrer em momento ou data posterior à sessão de lances, a critério do Pregoeiro que comunicará às Licitantes através do sistema eletrônico;

9 – DO JULGAMENTO E VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

9.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no **item 3.6** do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1 Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;

9.1.2 **Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNIA), do Conselho Nacional de Justiça – CNJ**, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada; (http://www.cnj.jus.br/improbidade-adm/consultar_requerido.php);

9.1.3 **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), da Controladoria Geral da União – CGU**, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada; (<http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis>);

9.1.4 **Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAGEFIMP**, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada (<http://www.transparencia.ro.gov.br/Fornecedor/EmitirCertidao>);

a) Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos subitens “9.1.2” e “9.1.3” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

9.1.5 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário:

a) Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#));

b) A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#));

c) O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#));

d) Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação;

e) Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

9.2 Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

9.3 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os **itens 3.3.1 e 4.3.6** deste edital.

9.4 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro

Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia
CEP: 768.60-000 – E-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br





examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

9.5 Será DESCLASSIFICADA a proposta vencedora que:

- 9.5.1 Contiver vícios insanáveis;
- 9.5.2 Não obedecer às especificações técnicas contidas no **Termo de Referência**;
- 9.5.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 9.5.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 9.5.5 Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

9.6 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

9.6.1 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- a) Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- b) Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

9.7 Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

- 9.7.1 Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- 9.7.2 No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a **75% (setenta e cinco por cento)** do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução;
- 9.7.3 Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

9.8 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

9.9 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

9.10 Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

9.11 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que

Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia
CEP: 768.60-000 – E-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br





não haja majoração do preço.

9.11.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

9.11.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

9.12 Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

9.13 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

9.14 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

9.15 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo **Pregoeiro**, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

9.16 Ressalvado os documentos atualizados no SICAF, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

10. DA HABILITAÇÃO

10.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista econômico - financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no **SICAF**.

10.2 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º e art. 6º, §4º](#)).

10.3 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

10.3.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

10.4 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.4.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **120 (cento e vinte) Minutos**, podendo ser prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro;

10.4.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

10.5 A verificação no Sicafe ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.





10.5.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do **Termo de Referência** somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado;

10.5.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

10.6 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

10.7 Será verificado se o licitante apresentou **DECLARAÇÃO** de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#) o [artigo 18, §2º, da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#), *obriga a apresentação dessa declaração*).

10.8 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a **DECLARAÇÃO** de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

10.9 DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) As empresas licitantes devem apresentar documento de identificação do (s) sócio (s) (RG/CPF/CNH/outro) ou sócio administrador.

b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – **CNPJ**;

c) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

d) **Empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

e) **Microempreendedor individual – MEI**: Certificado da Condição de **Microempreendedor** Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

f) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI**: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

g) **Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País**: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

h) **Sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

i) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária** - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

j) **Sociedade cooperativa**: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

k) **Empresas organizadas em CONSÓRCIO**: compromisso de Constituição de Consórcio e documentos contratuais de cada empresa integrante.





l) Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva, e devem comprovar compatibilidade entre o objeto social/atividade comercial das empresas licitantes e o objeto do certame;

10.10 DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) Certidão de Regularidade de Débitos com a **Fazenda Federal** (da Secretaria da Receita Federal e da Procuradoria da Fazenda Nacional), admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativa”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento; (Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais, Previdenciários e à Dívida Ativa da União, conforme portaria RFB/PGFN nº 1751 de 02/10/2014);
- b) Certidão de Regularidade de Débitos com a **Fazenda Estadual**, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- c) Certidão de Regularidade de Débitos com a **Fazenda Municipal**, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- d) Certidão de Regularidade do **FGTS**, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- e) Certidão de Regularidade de Débito – **CNDT**, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

10.11 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, comprovando:

b.1) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) igual ou superiores a 1 (um);

b.1.1.) Para comprovação da boa situação financeira da licitante através do cumprimento dos índices supramencionados, resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, nos valores indicados:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

LG = ----- igual ou superior a 1

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Total

SG = ----- igual ou superior a 1

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Circulante

LC = ----- igual ou superior a 1

Passivo Circulante

b.2.) Capital mínimo ou Patrimônio Líquido correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

b.2.1.) A exigência de que a empresa apresente um balanço patrimonial correspondente a 10% do valor do contrato é uma medida essencial para garantir a solidez financeira da contratada, mitigar riscos, assegurar capacidade de investimento,

Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia

CEP: 768.60-000 – E-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br





proporcionar segurança ao contratante, cumprir normas legais, garantir a sustentabilidade do projeto e estabelecer um critério objetivo de seleção. Esta medida visa proteger os interesses do contratante e assegurar a execução eficiente e eficaz do contrato.

b.2.2.) A exigência de que a empresa apresente um balanço patrimonial correspondente a 10% do valor do contrato visa garantir sua solidez financeira, mitigando riscos e assegurando que ela tenha capacidade de investimento e recursos para executar o projeto com eficiência. Essa prática protege os interesses do contratante, garante o cumprimento das normas legais e estabelece um critério objetivo de seleção. Dessa forma, ela contribui para a sustentabilidade e segurança do projeto, reduzindo as chances de inadimplemento e promovendo transparência e responsabilidade nas contratações públicas.

b.3.) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

b.4.) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

b.5.) O atendimento dos índices econômicos previstos deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

OBS: As exigências de qualificação econômico-financeira encartadas acima estão em harmonia com o que prevê o art. 69 da Lei 14.133/21 sendo necessário, para garantir que a (s) vencedora (as) detenha (am) condições econômicas para executar o futuro contrato.

10.12 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

10.12.1 As exigências se darão na forma do Art. 67 da Lei N.º 14.133/21, e deverão ser apresentados atestados da seguinte forma:

a) Atestado(s) de Capacidade Técnica, provenientes de pessoa jurídica, seja de direito público ou privado, deve(m) apresentar compatibilidade em características técnicas equiparáveis ao fornecimento ou prestação de serviços. Esta congruência deve ser avaliada com base nos elementos que compõem a solução referente ao objeto licitatório em questão, estabelecendo uma correspondência clara entre as especificidades do atestado e os requisitos demandados pela licitação.

1 – A apresentação de pelo menos 01 (um) atestado de capacidade técnica constitui requisito essencial para comprovação da aptidão do licitante. A avaliação da capacidade técnica deve focar na compatibilidade das características técnicas do atestado com os requisitos específicos demandados pela licitação (Item), assegurando uma correspondência precisa entre a expertise do licitante e as necessidades do objeto em questão.

2 – Caso os atestados não venham com as informações acima mencionadas, o fornecedor deverá anexar notas fiscais eletrônicas referente ao fornecimento/serviço prestado para fins de diligência e apreciação pelo **Pregoeiro**.

3 – Não serão aceitos atestados emitidos por empresas do mesmo grupo empresarial da Concorrente ou pela própria Concorrente e/ou emitidos por empresas, das quais participem sócios ou diretores da Concorrente.

4 – Os Atestados poderão ser diligenciados pelo **Pregoeiro** caso tenham alguma dúvida ou relevância que não seja possível a sua identificação, como a sua cópia reprográfica não seja visível.

5 – Não serão aceitos atestados apresentados com assinaturas de Pregoeiros e/ou presidentes ou membros de comissões de licitações, em virtude destes servidores não terem competência legal para atestarem recebimentos de mercadorias ou prestação de serviços.

6 – Não serão aceitos atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas físicas ou

Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia
CEP: 768.60-000 – E-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br





sem identificação da pessoa jurídica e seu responsável que o assinou, salvo, se por motivo de diligência, possa ser comprovado a sua veracidade.

10.12.2 A documentação referente a **HABILITAÇÃO JURÍDICA/ FISCAL-TRABALHISTA/ ECONÔMICA/ TÉCNICA** acima citado nos Itens 10.9, 10.10, 10.11 e 10.12, deverá ser inserida no sistema, quanto solicitado juntamente com os demais Documentos de Habilitação, o não enviar, e a ausência ou falta de qualquer documentação acima citado acarretará sob pena de inabilitação.

10.12.3 Sob pena de inabilitação, os documentos apresentados deverão estar:

- a) Em nome da licitante com o nº do CNPJ e o endereço respectivo, conforme segue;
- b) Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz e;
- c) Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;

10.12.4 No caso das alíneas anteriores, serão dispensados da filial aqueles documentos que, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz e vice-versa. Caso a licitante pretenda efetuar o fornecimento do objeto desta licitação por intermédio de outro estabelecimento, matriz ou filial, conforme o caso deverá comprovar também que este atende a todas as exigências habilitatórias.

10.13 OUTROS DOCUMENTOS

10.13.1 Das Declarações que deverão ser marcadas no Sistema de licitações, em campo próprio e em caso de sua ausência, deverão ser apresentadas em papel timbrado a seguir:

- a) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (Art. 63, inciso IV).
- b) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- c) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- d) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;
- e) Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) em situação irregular perante o Ministério do Trabalho e Emprego;
- f) Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) que seja(m) cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de agente público responsável pela licitação ou de autoridade superior;
- g) Declaração de que não está impedido de licitar e contratar com a Administração Pública;
- h) Declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (Art. 63, inciso I);
- i) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (Art. 63, inciso IV). Esclarece-se que, se o sistema de licitações já possuir as declarações mencionadas anteriormente, o licitante não precisará fornecê-las novamente.
- j) Declaração de autenticidade, conforme modelo constante no **Anexo III** deste Edital;
- l) Declaração de Sustentabilidade Ambiental, conforme modelo constante no **Anexo IV** deste Edital.

10.13.2 A falta das declarações exigidas nos subitens acima, não motiva a inabilitação da empresa, contudo, não exime a empresa vencedora quanto à obrigatoriedade do cumprimento integral ao que estabelece a legislação aplicável a matéria, podendo o agente condutor solicitar, de forma complementar, o envio das referidas declarações.





10.13.3 A documentação de habilitação anexada no **sistema LICITANET** terá efeito para todos os itens, os quais a empresa encontra-se participando.

10.13.4. A documentação solicitada deverá ser anexada corretamente no **sistema LICITANET**, sendo a mesma compactada em 01 (um) único arquivo (EXCEL, WORD, ZIP, DOC, DOCX, JPG ou PDF), tendo em vista que o campo de inserção é único.

10.13.5 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

- a) Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- b) Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

10.14 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.15 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no **subitem 10.4.1**.

10. 16 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

10.17 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

10.18 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

11 – DOS RECURSOS

11.1 Após a fase de **HABILITAÇÃO**, declarada a empresa **VENCEDORA** do certame, qualquer Licitante poderá manifestar em campo próprio do Sistema Eletrônico, de forma imediata e motivada, explicitando sucintamente suas **RAZÕES**, sua intenção de recorrer.

11.2 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.3 O prazo recursal é de **3 (três) dias úteis**, contados da data lavratura da ata e/ou encerramento da sessão.

11.4 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

- 11.4.1 A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia
CEP: 768.60-000 – E-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br





11.4.2 O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.4.3 Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.5 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.6 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.7 O prazo para apresentação das **CONTRARRAZÕES** ao recurso será de 3 (três) dias úteis. Ficando as demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem **contrarrazões**, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

11.8 A manifestação de interposição do recurso e contrarrazão, somente será possível por meio eletrônico (**campo próprio do sistema**), devendo o licitante observar as datas registradas.

11.8.1 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.9 A falta de manifestação imediata e motivada da Licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo pregoeiro ao vencedor.

O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua **DECISÃO** no **prazo de 3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no **prazo de 10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

Durante o prazo recursal, os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, junto ao **Portal Transparência** desta **Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari – RO**, endereço constante neste Edital.

11.12 Da Reabertura da Sessão Pública;

11.12.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

- a) Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;
- b) Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.12.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

- a) A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("**DISPARADO AVISO**"), o qual chega junto ao e-mail dos licitantes participantes.

12 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1 Atendidas às especificações do Edital, estando habilitada a Licitante e tendo sido aceito o menor preço apurado, o pregoeiro declarará a(s) empresa(s) vencedora(s) do(s) respectivo(s) itens **ADJUDICANDO-O**.





12.2 Indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do **Pregão Eletrônico** constarão de ata divulgada no **Sistema Eletrônico** <https://www.licitanet.com.br/>, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

12.3 A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo pregoeiro sempre que não houver recurso. Havendo recurso, a adjudicação será efetuada pela **Autoridade Competente** que decidiu o recurso.

12.4 A homologação da licitação é de responsabilidade da **Autoridade Competente** e só poderá ser realizada depois da **ADJUDICAÇÃO**.

12.5 Quando houver recurso e o pregoeiro mantiver sua decisão, essa deverá ser submetida à **Autoridade Competente** para decidir acerca dos atos do **Pregoeiro**.

13 – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa.

13.2 Comete infração administrativa, o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, com dolo ou culpa:

13.2.1 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

13.2.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

- a) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- d) Deixar de apresentar amostra;
- f) Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

13.2.3 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

13.2.4 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

13.2.5 Fraudar a licitação;

13.2.6 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- a) Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- b) Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- c) Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

13.2.7 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

13.2.8 Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

13.3 Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.3.1 Advertência;

13.3.2 Multa;

13.3.3 Impedimento de licitar e contratar e

13.3.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a pró-





pria autoridade que aplicou a penalidade.

13.4 Na aplicação das sanções serão considerados:

- 13.4.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 13.4.2 As peculiaridades do caso concreto;
- 13.4.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 13.4.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 13.4.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normase orientações dos órgãos de controle.

13.5 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **60 dias úteis**, a contar da comunicação oficial.

13.5.1 Para as infrações previstas nos itens **13.2.1**, **13.2.2** e **13.2.3**, a multa será de **0,5%** do valor do contrato licitado.

13.5.2 Para as infrações previstas nos itens **13.2.4**, **13.2.5**, **13.2.6**, **13.2.7** e **13.2.8**, a multa será de **0,5% à 30%** do valor do contrato licitado.

13.6. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.7 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação.

13.8 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens **13.1.1**, **13.1.2** e **13.1.3**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Candeias do Jamari/RO, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.9 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens **13.1.4**, **13.1.5**, **13.1.6**, **13.1.7** e **12.1.8**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#)

13.10 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.1.3.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

13.11 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.12 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.





13.13 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.14 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.15 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até **3 (cinco) dias úteis** antes da data da abertura do certame.

14.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento serão realizados **EXCLUSIVAMENTE** através da **PLATAFORMA LICITANET**, não será aceito Pedidos de Impugnação ou esclarecimentos feitos via e-mail.

14.4 A decisão do pregoeiro quanto à impugnação será informada através do campo próprio do Sistema Eletrônico do site <https://www.licitanet.com.br/>, ficando o licitante obrigado a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo pregoeiro.

14.5 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.6 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

14.7 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14.8 Até a data definida para a sessão inaugural, o licitante que não obtiver resposta da impugnação protocolada, o pregoeiro antes da data e horário previsto suspenderá o certame licitatório, para confecção da resposta pretendida, e assim, definir uma nova data para a realização do referido certame.

15 – DO CADASTRO DE RESERVA DE FORNECEDOR

15.1 Para as licitantes que **Registraram** a intenção no sistema de Participar do Cadastro de Reserva de Fornecedores neste certame:

15.2 Encerrada a etapa competitiva, as licitantes que aceitarem cotar os bens, as obras ou serviços com preços iguais aos do adjudicatário. Serão convocados para o Cadastro de Reserva através do **sistema (LICITANET)** antes da adjudicação/homologação pela autoridade competente.

15.3 A plataforma através do sistema de compras emitirá via e-mail a convocação das licitantes inicialmente interessadas nos itens participantes, caso, deseje fazer parte do Cadastro de Reserva, para que indique no próprio sistema o seu interesse.





15.5 Havendo um ou mais licitantes que registraram a intenção de participar no mesmo item com o valor igual ao do licitante vencedor, será respeitada a ordem de classificação durante a fase competitiva.

15.6 Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente serão utilizadas no caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata, de acordo Art. 18 do Decreto Federal nº 11.462 de 31 de março de 2023.

16 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2 A Administração Pública se reserva no direito de:

162.1 Anular a licitação se houver vício ou ilegalidade, a modo próprio ou por provocação de terceiros;

162.2 Revogar por interesse da **Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari/RO** em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulada por vício ou ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, sem que a Licitante tenha direito a qualquer indenização, obedecendo ao disposto no art. 71 da Lei 14.133/2021.

16.3 Qualquer modificação no presente Edital será divulgada pela mesma forma que se divulgou o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da proposta de preços.

16.4 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo **Pregoeiro**.

16.5 Ao Pregoeiro ou a **Autoridade Competente**, é facultado, em qualquer fase da licitação a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar do mesmo desde a realização da sessão pública.

16.6 As Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

16.7 A **HOMOLOGAÇÃO** do resultado desta licitação não implicará obrigatoriedade de contratação do objeto pela **Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari/RO**.

16.8 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.9 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.10 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Vencendo-se os prazos somente em dias de expediente normais no Órgão Licitador.

16.11 O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento da

Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia
CEP: 768.60-000 – E-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br





Licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação, e a exata compreensão da sua proposta de preços, durante a realização da sessão pública do **Pregão Eletrônico**.

16.12 Para fins de aplicação das Sanções Administrativas constantes no presente Edital, o lance é considerado o da proposta de preços.

16.13 As normas que disciplinam este **Pregão Eletrônico** serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse da Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari, a finalidade e a segurança da contratação.

16.14 As Licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do **CONTRATADO** de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do instrumento contratual.

16.15 O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta da proponente vencedora, farão parte integrante do Instrumento Contratual como se nele estivesse transcrito, ressalvado o valor proposto, porquanto prevalecerá o melhor lance ofertado ou valor negociado;

16.16 Dos atos praticados, o sistema gerará Ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, que estará disponível para consulta no endereço eletrônico <https://www.licitanet.com.br/>, sem prejuízo das demais formas de publicidade previstas na legislação pertinente.

16.17 Fica assegurada à Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari, o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes na forma da Legislação vigente;

16.18 Havendo divergência entre as exigências contidas no Edital e em seus Anexos, prevalecerá pela ordem, o Edital, o **Termo de Referência**, e por último os demais anexos.

16.19 O Edital e seus Anexos poderão ser lidos e retirados somente por meio da Internet no site <https://www.licitanet.com.br/>, no Portal de Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e alternativamente no site <https://www.candeiasdojamari.ro.gov.br/>.

16.20 Este Edital deverá ser lido e interpretado na íntegra e, após a apresentação da documentação e da proposta, não serão aceitas alegações de desconhecimento e discordâncias de seus termos.

16.21 Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas pelo email: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br, ou na sede **Prefeitura de Candeias do Jamari/RO**.

16.22 Fica eleito o **Foro da Comarca de Porto Velho/RO**, para dirimir quaisquer dúvidas referentes a Licitação e procedimentos dela resultantes, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

17. ANEXOS

17.1 Fazem parte deste instrumento convocatório, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

Anexo I	Termo de Referência
Anexo II	Estudo Técnico Preliminar





ESTADO DE RONDÔNIA - RO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIA DO JAMARI - PMCJ
Superintendência Municipal de Licitação - SML



Anexo III	Análise de risco
Anexo IV	Modelo de Proposta Comercial
Anexo V	Declaração de Autenticidade
Anexo VI	Declaração de Sustentabilidade Ambiental
Anexo VII	Declaração nos Termos do Inciso XXXIII do Artigo 7º da C. F/1988.

Candeias do Jamari - RO, 30 de Abril de 2026.

Pregoeiro Designado:

RAQUEL FRANÇA GIL DA SILVA
Pregoeiro Decreto nº 504/2025

Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia
CEP: 768.60-000 – E-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br

Página - 26





ANEXO – V
MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL (PREÇOS)

À Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari-PMCJ/RO
PREGÃO ELETRÔNICA Nº 06/2026
PROCESSO Nº 0004010.23.01-2025

LICITANTE:

CNPJ:

TEL:/ FAX:/ E-MAIL:/ ENDEREÇO:

C. CORRENTE:/ AG:/ BANCO:

Prazo de Validade da Proposta: ____ (____) dias (mínimo 60 dias)

Prazo de garantia do objeto:

Prazo de entrega:

Item	Descrição do Objeto	Quant.	Unid	Gódiogo	Marca/ Modelo	V. Unit.	V. Total
01							
02							
03							
04							
05							
06							
07							
08							
09							
Total geral							

Declarando conhecer e concordar plenamente com as cláusulas e condições do Edital de **Pregão Eletrônico nº 06/2026**, e seus anexos, apresentamos nossa proposta de preços para o objeto do certame conforme valores e especificações técnicas.

Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia
CEP: 768.60-000 – E-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br





ESTADO DE RONDÔNIA - RO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIA DO JAMARI - PMCJ
Superintendência Municipal de Licitação - SML



Outras informações:

- **DECLARAMOS** que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no **Termo de Referência**.
- **DECLARAMOS** que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.
- Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos em assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

Local, ____ de ____ de 2025.

Nome e assinatura do Representante Legal
CNPJ DA EMPRESA

Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia
CEP: 768.60-000 – E-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br





ANEXO – VI
MODELO DE DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

À Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari-PMCJ/RO
PREGÃO ELETRÔNICA Nº 06/2026
PROCESSO Nº 0004010.23.01-2025

LICITANTE:
CNPJ:

A empresa _____, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º _____, localizada na rua _____ - Nº _____ - Bairro _____ - Cidade de _____ - Estado de _____ - CEP: _____, **DECLARA** que os documentos apresentados para o certame denominado **Pregão Eletrônica Nº 002/2026**, são autênticos.

Local, ____ de _____ de 2025.

Nome e assinatura do Representante Legal
CNPJ DA EMPRESA

OBS: TIMBRE /LOGOMARCA DA PESSOA JURÍDICA EMITENTE

Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia
CEP: 768.60-000 – E-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br

Página - 29





ANEXO – VII
MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

À Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari-PMCJ/RO
PREGÃO ELETRÔNICA Nº 06/2026
PROCESSO Nº 0004010.23.01-2025

LICITANTE:
CNPJ:

DECLARO, sob as penas da Lei nº 6.938/1981, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade **Pregão Eletrônica Nº 06/2026**, instaurado pelo **Processo Administrativo n.º 0004010.23.01-2025**, que atendemos aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação das declarações e certidões pertinentes dos órgãos competentes quando solicitadas como requisito para habilitação e da obrigatoriedade do cumprimento integral ao que estabelece o art. 6º e seus incisos, da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão-MPOG.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação do registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades das Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais caso minha empresa exerça uma das atividades constantes no Anexo I da Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013, do IBAMA.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

Local, ____ de ____ de 2025.

Nome e assinatura do Representante Legal
CNPJ DA EMPRESA

OBS: TIMBRE /LOGOMARCA DA PESSOA JURÍDICA EMITENTE





ANEXO – VIII
MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

À Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari-PMCJ/RO
PREGÃO ELETRÔNICA Nº 06/2026
PROCESSO Nº 0004010.23.01-2025

LICITANTE:
CNPJ:

DECLARAMOS, para os fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei 14.133/2021, que não empregamos menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menor de 16 (dezesesseis) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz ().

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

Local, ____ de ____ de 2025.

Nome e assinatura do Representante Legal
CNPJ DA EMPRESA

OBS: TIMBRE /LOGOMARCA DA PESSOA JURÍDICA EMITENTE





TERMO DE REFERÊNCIA

CANDEIAS DO JAMARI/RO, 30 de abril de 2026.

Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari/RO

Processo: 0004010.23.01-2025

Setor Demandante: Secretaria Municipal de Finanças – SEMFIN

Secretaria Responsável: Secretaria Municipal Geral de Administração - SEMG

Objeto: Implementação do **AUXÍLIO “Cartão Cidadão”** destinado a subsidiar as despesas com **ALIMENTAÇÃO, SAÚDE** e outras **DESPESAS DOMÉSTICAS** do servidor público municipal de Candeias do Jamari, sendo-lhe pago diretamente, por intermédio de cartão magnético, mediante contratação de empresa especializada para administração, gerenciamento e fornecimento de cartões eletrônicos/magnéticos com **rede credenciada exclusivamente** na circunscrição do Município, nos termos da Lei Municipal nº 1818/2025.

1 - CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação de serviços comuns, de natureza continuada, para prestação de serviços relativos ao fornecimento, administração e gerenciamento de cartão vale-alimentação para os servidores públicos municipais de Candeias do Jamari/RO, com o fornecimento de cartões alimentação, na modalidade de cartões eletrônicos com chip, tarja magnética e/ou eletrônicos, incluindo:

emissão e disponibilização dos cartões aos beneficiários;
administração e gerenciamento dos créditos disponibilizados;
processamento das transações financeiras;
disponibilização de sistema informatizado de gestão e controle;
manutenção de rede credenciada de estabelecimentos comerciais;
suporte técnico e atendimento aos usuários e à Administração;

nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	TAXA (%)	Valor da Taxa (R\$)
1	Prestação de serviços de gerenciamento do Cartão Vale-Alimentação	Taxa/Percentual	1	250,00	5,86%	14,65

A presente contratação encontra respaldo na Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à adequada caracterização do objeto e à necessidade de planejamento prévio da contratação pública.

Nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, consideram-se serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado. No caso em análise, verifica-se que os serviços de administração, gerenciamento e fornecimento de auxílio-alimentação por meio de cartões eletrônicos constituem solução amplamente difundida no mercado, com múltiplos fornecedores aptos à execução, conforme demonstrado na pesquisa de preços constante dos autos.

Ademais, a contratação possui natureza continuada, nos termos do art. 6º, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que se destina à prestação de serviços essenciais e permanentes à Administração Pública, com execução periódica e contínua, consistente na disponibilização mensal de créditos aos servidores públicos municipais.





No tocante ao planejamento da contratação, observa-se o cumprimento do disposto no art. 18, §1º, da Lei nº 14.133/2021, haja vista que a presente demanda foi precedida da elaboração do Estudo Técnico Preliminar, no qual foram analisadas as alternativas disponíveis no mercado, bem como definida a solução mais adequada para atendimento da necessidade administrativa.

Ainda, a contratação visa dar efetividade à política pública instituída pela Lei Municipal nº 1.818, de 25 de novembro de 2025, que criou o benefício denominado "Cartão Cidadão", destinado aos servidores públicos municipais, sendo necessária a adoção de solução tecnológica que assegure controle, rastreabilidade e adequada aplicação dos recursos públicos.

Por fim, destaca-se que a adoção do modelo de remuneração por taxa de administração percentual mostra-se compatível com as práticas de mercado e com a natureza do objeto contratado, permitindo maior eficiência, economicidade e transparência na gestão dos recursos públicos.

1.2 — CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO (HETEROGENEIDADE / COMPLEXIDADE)

O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

A caracterização do objeto como serviço comum fundamenta-se no fato de que os serviços de administração, gerenciamento e fornecimento de auxílio-alimentação por meio de cartões eletrônicos possuem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, sendo amplamente ofertados no mercado por diversas empresas especializadas, conforme evidenciado na pesquisa de preços realizada, não demandando soluções técnicas complexas ou inovadoras.

1.3 - CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO QUANTO AO MODELO DE EXECUÇÃO

O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que sua execução ocorre de forma contínua e periódica, mediante a disponibilização mensal de créditos aos servidores públicos municipais, sendo indispensável à manutenção da política pública de concessão do benefício de auxílio-alimentação, cuja interrupção comprometeria a continuidade das atividades administrativas e o atendimento ao interesse público.

A caracterização do serviço como continuado decorre da sua natureza essencial e permanente, vinculada à execução de política pública instituída por legislação municipal específica, exigindo prestação regular e ininterrupta. A descontinuidade da execução implicaria prejuízo direto aos servidores públicos beneficiários, bem como comprometeria a finalidade pública da contratação.

1.4 - PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados do(a) assinatura do contrato, prorrogável sucessivamente, mediante demonstração de vantajosidade, nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

A definição do prazo inicial de 12 (doze) meses, com possibilidade de prorrogação, observa a natureza continuada do serviço e a necessidade de garantir estabilidade na execução da política pública de concessão do auxílio-alimentação. A prorrogação contratual, condicionada à demonstração de vantajosidade e à manutenção das condições iniciais da contratação, apresenta-se como medida mais eficiente sob a ótica administrativa e econômica, evitando custos adicionais decorrentes de sucessivos processos licitatórios e mitigando riscos de descontinuidade do serviço.

1.5 – DETALHAMENTO COMPLEMENTAR DA VIGÊNCIA





O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

A previsão deste item visa assegurar adequada segregação entre os instrumentos de planejamento e execução contratual, permitindo que o Termo de Referência estabeleça as diretrizes gerais da contratação, enquanto o contrato disciplinará, de forma detalhada, aspectos operacionais da vigência, tais como condições de início da execução, eventuais fases de implantação, hipóteses de suspensão, prorrogação e encerramento.

2 — FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

A presente contratação decorre da necessidade de operacionalização do benefício denominado “Cartão Cidadão”, instituído pela Lei Municipal nº 1.818, de 25 de novembro de 2025, destinado aos servidores públicos municipais ativos, com natureza indenizatória e finalidade de subsidiar despesas de alimentação e outras despesas domésticas.

Atualmente, a concessão do benefício ocorre por meio de pagamento direto em folha, sem a utilização de mecanismos tecnológicos que assegurem controle, rastreabilidade e vinculação do gasto à finalidade pública estabelecida, o que compromete a eficiência administrativa e a adequada gestão dos recursos públicos.

Nesse contexto, verifica-se a necessidade de implementação de solução tecnológica que permita a gestão eficiente do benefício, mediante utilização de cartões eletrônicos, possibilitando o controle das transações, a rastreabilidade dos recursos e a aderência à política pública instituída.

A contratação também visa fomentar a economia local, ao assegurar que os recursos sejam utilizados no comércio do Município, bem como garantir maior transparência e controle na aplicação dos recursos públicos.

Ressalta-se que, conforme consignado no Estudo Técnico Preliminar, a presente contratação não possui, até o momento, vinculação formal ao Plano de Contratações Anual, em razão da inexistência do referido instrumento no âmbito do Município, situação que deverá ser objeto de regularização administrativa, nos termos do art. 18, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

3 — DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

A solução adotada consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviços de administração, gerenciamento e fornecimento de benefício de auxílio-alimentação, por meio de cartões eletrônicos com chip e/ou tarja magnética, destinados aos servidores públicos municipais.

A solução compreende um conjunto integrado de serviços e recursos tecnológicos, envolvendo:

- emissão e disponibilização de cartões individuais aos beneficiários;
- disponibilização de créditos mensais correspondentes ao valor do benefício;
- processamento e autorização das transações financeiras;
- manutenção de rede credenciada de estabelecimentos comerciais exclusivamente em Candeias do Jamari aptos à aceitação do benefício;
- disponibilização de sistema informatizado de gestão, permitindo à Administração o acompanhamento, controle e auditoria das operações realizadas;
- suporte técnico e operacional contínuo à Administração e aos usuários;





Sob a perspectiva do ciclo de vida da contratação, a solução contempla:

a) Fase de implantação:

cadastro dos beneficiários;
emissão e entrega dos cartões;
disponibilização inicial do sistema de gestão;
na fase de implantação, será admitido 10 (dez) dias úteis da apresentação da lista de servidores pela Administração até à disponibilização dos cartões aos usuários finais (servidores públicos);

b) Fase de operação:

recarga periódica dos créditos, devendo o saldo permanecer cumulativamente disponível;
processamento contínuo das transações;
manutenção da rede credenciada;
disponibilização de relatórios gerenciais e operacionais;

c) Fase de encerramento ou transição:

disponibilização e reversibilidade dos dados à Administração;
garantia de continuidade do serviço até a efetiva substituição contratual, quando aplicável;

A solução permite à Administração Pública assegurar maior controle sobre a aplicação dos recursos, rastreabilidade das transações, transparência na execução do benefício e aderência à finalidade pública estabelecida na legislação municipal.

4 — REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam na natureza do objeto e na necessidade administrativa identificada:

4.1.1. A contratada deverá priorizar, sempre que tecnicamente possível, procedimentos operacionais digitais, inclusive para cadastro, atualização de beneficiários, emissão de relatórios, solicitações administrativas, bloqueios, desbloqueios, segundas vias e demais rotinas de gestão do benefício, reduzindo a tramitação física de documentos.

4.1.2. A contratada deverá disponibilizar cartões confeccionados com materiais adequados ao uso ordinário, com durabilidade compatível com a vigência contratual, evitando substituições desnecessárias e desperdício de materiais, sem prejuízo da substituição em casos de perda, roubo, furto, dano, defeito ou necessidade administrativa.

4.1.3. A contratada deverá manter rede credenciada apta à utilização do benefício no âmbito do Município de Candeias do Jamari/RO, contribuindo para o fortalecimento da economia local, observados critérios objetivos, proporcionais e compatíveis com a competitividade do certame.

4.1.4. A exigência de rede credenciada local deverá observar critério proporcional, admitindo-se, quando necessário, a formação, complementação ou ampliação da rede após a contratação, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, mediante comprovação documental e fiscalização pela Administração.

4.1.5. A contratada deverá disponibilizar mecanismos que permitam à Administração acompanhar a utilização do benefício, por meio de relatórios gerenciais, registros de créditos, movimentações, cartões ativos, bloqueados, cancelados e substituídos, bem como relação atualizada dos estabelecimentos credenciados.





4.1.6. A solução deverá assegurar segurança operacional, rastreabilidade das transações e controle administrativo, de modo a permitir a adequada fiscalização da execução contratual e a verificação da aderência à finalidade pública do benefício.

4.1.7. A contratada deverá observar as normas aplicáveis à proteção de dados pessoais, especialmente a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, em razão do tratamento de dados cadastrais e funcionais dos servidores beneficiários.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação não será admitida a indicação de marca, modelo, bandeira, arranjo de pagamento ou tecnologia proprietária específica, devendo a solução atender aos requisitos funcionais mínimos previstos neste Termo de Referência, de forma a preservar a competitividade, a isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa.

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

4.3. Não há, nos autos, justificativa técnica para vedação prévia de marca, produto, bandeira, arranjo de pagamento ou solução tecnológica específica, desde que atendidos integralmente os requisitos mínimos de desempenho, segurança, rastreabilidade, aceitação, gerenciamento e fiscalização previstos neste Termo de Referência.

Da exigência de carta de solidariedade

4.4. Não será exigida carta de solidariedade emitida por fabricante, tendo em vista que o objeto não envolve fornecimento de produto vinculado a fabricante específico, revendedor exclusivo ou distribuidor autorizado, tratando-se de prestação de serviços de administração e gerenciamento de benefício por meio de cartões eletrônicos/magnéticos.

Subcontratação

4.5. Não será admitida a subcontratação integral do objeto contratual, nem da parcela principal da obrigação, consistente na administração, gerenciamento, processamento, controle e operacionalização do benefício de vale-alimentação devido aos servidores públicos municipais.

4.6. Poderá ser admitida a subcontratação de atividades acessórias, instrumentais ou complementares, desde que previamente autorizada pela Administração e desde que não transfira a responsabilidade principal da contratada pela execução do objeto.

4.7. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:

4.7.1. administração e gerenciamento do benefício;

4.7.2. processamento das transações e controle dos créditos disponibilizados;

4.7.3. gestão da rede credenciada;

4.7.4. disponibilização do sistema de gestão e relatórios à Administração;

4.7.5. atendimento e suporte operacional diretamente vinculados à execução do benefício.





4.8. Poderão ser subcontratadas, mediante autorização prévia da Administração, apenas parcelas acessórias ou instrumentais do objeto, tais como:

4.8.1. serviços de logística de entrega de cartões;

4.8.2. serviços auxiliares de impressão, personalização ou emissão física dos cartões;

4.8.3. serviços tecnológicos de apoio, hospedagem, infraestrutura, conectividade ou processamento, desde que preservada a responsabilidade integral da contratada e observada a legislação aplicável à proteção de dados pessoais.

4.9. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.10. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos técnicos, operacionais, jurídicos e de segurança necessários à execução da parcela subcontratada.

4.11. A contratada apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.12. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante, com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou gestão contratual, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

4.13. Não se aplica ao presente objeto a regra específica de responsabilidade solidária prevista para serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, uma vez que a presente contratação não envolve dedicação exclusiva de mão de obra.

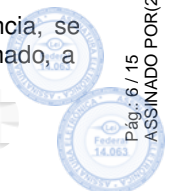
Garantia da contratação

4.14. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, considerando que o objeto será executado de forma mensal, com fiscalização contínua, pagamento vinculado à efetiva disponibilização e gerenciamento dos créditos, sem dedicação exclusiva de mão de obra e sem fornecimento de bens permanentes à Administração que justifique, neste momento, a imposição de garantia contratual.

A definição dos requisitos da contratação observa o art. 18, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, segundo o qual o Estudo Técnico Preliminar deve conter os requisitos da contratação necessários e suficientes à escolha da solução. Também se relaciona ao art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, pois o objeto foi modelado como serviço comum, com padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos.

A vedação à indicação de marca ou modelo específico decorre da necessidade de preservação da competitividade e da isonomia, nos termos do art. 5º da Lei nº 14.133/2021. A utilização de requisitos funcionais, em vez de exigências baseadas em marca, bandeira ou tecnologia proprietária, permite que diferentes fornecedores apresentem soluções equivalentes, desde que cumpram os parâmetros mínimos definidos no Termo de Referência.

A disciplina da garantia contratual deve observar os arts. 96 a 102 da Lei nº 14.133/2021. A exigência, se adotada, deve ser motivada pela Administração, considerando os riscos da contratação, o valor estimado, a





criticidade do serviço e a necessidade de proteção contra inadimplemento.

Quanto ao tratamento de dados pessoais, a contratação deve observar a Lei nº 13.709/2018, especialmente porque a execução do objeto envolve dados cadastrais, funcionais e operacionais de servidores públicos beneficiários.

5 — MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 A execução do objeto dar-se-á de forma contínua, mediante a disponibilização mensal do benefício de auxílio-alimentação aos servidores públicos municipais, por meio de cartões eletrônicos com chip, tarja magnética e/ou tecnologia equivalente, sob responsabilidade da contratada.

5.2 A contratada deverá realizar a emissão, entrega e ativação dos cartões individuais aos beneficiários, no prazo de 10 (dez) dias, contados da disponibilização da relação de servidores pela Administração.

5.3 A disponibilização dos créditos deverá ocorrer mensalmente, conforme cronograma definido pela Administração, mediante solicitação formal, contendo a relação de beneficiários e respectivos valores.

5.4 A contratada deverá assegurar o correto processamento das transações realizadas pelos usuários, garantindo a autorização das operações junto à rede credenciada, bem como a integridade e segurança das informações.

5.5 A contratada deverá disponibilizar sistema informatizado de gestão, acessível à Administração, que permita:

- consulta de saldos e extratos;
- acompanhamento das recargas realizadas;
- emissão de relatórios gerenciais e operacionais;
- controle de cartões ativos, bloqueados e cancelados;
- gestão da rede credenciada;

5.6 A contratada deverá manter rede credenciada de estabelecimentos comerciais aptos à aceitação do benefício no âmbito do Município de Candeias do Jamari/RO, observando os critérios estabelecidos neste Termo de Referência.

5.7 A contratada deverá disponibilizar atendimento aos usuários e à Administração, por meio de canais adequados, incluindo, no mínimo:

- central de atendimento telefônico;
- atendimento eletrônico e/ou digital;

5.8 Em caso de perda, roubo, furto ou dano do cartão, a contratada deverá disponibilizar mecanismo de bloqueio imediato e emissão de segunda via, no prazo de 5 (cinco) dias.

5.9 A contratada deverá assegurar a continuidade da prestação do serviço, garantindo o funcionamento regular do sistema e da rede credenciada, bem como a disponibilidade dos créditos aos beneficiários.

5.10 A execução contratual será acompanhada e fiscalizada pela Administração, que poderá solicitar informações, relatórios e ajustes necessários à adequada prestação do serviço.

6 — MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por representantes da Administração especialmente designados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.





6.2 O acompanhamento e a fiscalização da execução contratual serão realizados por:

Gestor do Contrato: responsável pela coordenação geral da execução contratual, pela comunicação com a contratada e pela adoção de providências necessárias ao cumprimento do contrato;

Fiscal do Contrato: responsável pelo acompanhamento técnico e operacional da execução do objeto, verificando o cumprimento das obrigações contratuais;

6.3 O gestor e o fiscal do contrato serão designados por ato formal da autoridade competente, devendo suas atribuições observar as disposições da Lei nº 14.133/2021 e normas internas do Município.

6.4 Compete ao gestor do contrato, entre outras atribuições:

coordenar a execução do contrato;

acompanhar o cumprimento dos prazos e condições estabelecidas;

promover a interlocução com a contratada;

adotar providências administrativas em caso de descumprimento contratual;

6.5 Compete ao fiscal do contrato, entre outras atribuições:

acompanhar a execução do objeto em seus aspectos técnicos e operacionais;

verificar a correta prestação dos serviços;

registrar ocorrências relacionadas à execução contratual;

atestar a execução dos serviços para fins de pagamento;

6.6 As ocorrências verificadas durante a execução do contrato deverão ser registradas formalmente, com a indicação de eventuais falhas, irregularidades ou descumprimentos contratuais, devendo a contratada ser notificada para adoção das medidas corretivas necessárias.

6.7 A contratada deverá prestar todas as informações solicitadas pela Administração, bem como disponibilizar relatórios e documentos necessários à fiscalização da execução contratual.

6.8 O acompanhamento da execução contratual deverá considerar, no mínimo:

a regularidade da disponibilização dos créditos aos beneficiários;

o funcionamento do sistema de gestão;

a adequação da rede credenciada;

o atendimento aos usuários e à Administração;

6.9 O descumprimento das obrigações contratuais poderá ensejar a aplicação das sanções previstas na legislação e no contrato, garantido o contraditório e a ampla defesa.

7 — CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1 A medição dos serviços será realizada mensalmente, com base no valor total efetivamente disponibilizado aos beneficiários, correspondente à soma dos créditos de auxílio-alimentação carregados nos cartões no período de referência.

7.2 O pagamento à contratada será realizado com base na aplicação da taxa de administração contratada sobre o valor total efetivamente disponibilizado aos beneficiários no respectivo período.

7.3 Para fins de apuração do valor devido, será considerada a seguinte fórmula:

Valor devido = (valor total dos créditos disponibilizados no período) × (taxa de administração contratada)





PREFEITURA DE CANDEIAS DO JAMARI
AV. TANCREDO NEVES, 1781 - UNIÃO, CANDEIAS DO JAMARI / RO - 76.860-000
CNPJ: 63.761.902/0001-60



7.4 A contratada deverá apresentar, mensalmente, para fins de medição e pagamento:

relatório contendo a relação dos beneficiários atendidos;
demonstrativo dos valores individualizados disponibilizados;
valor total dos créditos carregados no período;
cálculo do valor da taxa de administração;
relação atualizada da rede credenciada;

7.5 O pagamento somente será efetuado após:

verificação da conformidade dos serviços prestados;
validação das informações apresentadas pela contratada;
atesto pelo fiscal do contrato;

7.6 É vedado o pagamento antecipado, total ou parcial, da taxa de administração, devendo o pagamento estar sempre vinculado à efetiva disponibilização dos créditos aos beneficiários.

7.7 O prazo para pagamento da taxa de administração será de até 10 (dez) dias úteis, contados da data da liquidação da despesa, após o atesto da execução pelo fiscal do contrato e apresentação da documentação completa pela contratada.

7.8 O valor correspondente aos créditos destinados aos beneficiários será disponibilizado diretamente pela contratada, nos termos do modelo operacional adotado, não se confundindo com a remuneração da taxa de administração, devendo os fluxos financeiros serem tratados de forma segregada.

7.9 Em caso de inconsistências, divergências, falhas na execução do serviço ou cobrança indevida, o pagamento poderá ser:

suspenso até a regularização;
realizado parcialmente, proporcionalmente à execução efetivamente comprovada;

7.10 A Administração poderá realizar glosas no valor a ser pago, especialmente nos casos de cobrança indevida, falhas operacionais, indisponibilidade do sistema ou descumprimento das obrigações contratuais, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis.

7.11 É vedada a imposição de deságio, desconto ou qualquer forma de redução indevida sobre o valor do benefício disponibilizado aos servidores, devendo a execução contratual observar integralmente a finalidade do auxílio-alimentação.

7.12 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, em favor da contratada, em conta indicada para esse fim.

7.13 DO REAJUSTE

7.13.1 Os preços contratados poderão ser reajustados, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data-base vinculada à data do orçamento estimado da contratação, nos termos da legislação vigente.

7.13.2 O reajuste será calculado com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou outro índice que venha a substituí-lo.

7.13.3 O reajuste será aplicado exclusivamente sobre a taxa de administração contratada, não incidindo sobre os valores destinados aos créditos dos beneficiários, os quais possuem natureza indenizatória.

7.13.4 O reajuste deverá ser formalmente solicitado pela contratada e será aplicado mediante análise e aprovação da Administração.





7.13.5 O reajuste não possui efeito automático, dependendo de requerimento da contratada e da verificação do cumprimento dos requisitos legais.

8 — FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório, na modalidade PREGÃO, em sua forma eletrônica, com fundamento no art. 28, inciso I, e art. 17, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2 O critério de julgamento será o de MENOR TAXA DE ADMINISTRAÇÃO, expressa em percentual (%), incidente sobre o valor total dos créditos disponibilizados aos beneficiários, sendo VEDADA taxa negativa.

8.3 A disputa será realizada pelo modo de disputa aberto, nos termos da legislação aplicável.

8.4 O objeto da contratação é caracterizado como serviço comum, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133, de 2021, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por especificações usuais de mercado.

8.5 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.5.1 Habilitação jurídica
conforme legislação aplicável

8.5.2 Regularidade fiscal e trabalhista
nos termos da Lei nº 14.133/2021

8.5.3 Qualificação técnica
comprovação de aptidão para desempenho de atividade compatível com o objeto
por meio de atestados de capacidade técnica

8.5.4 Qualificação econômico-financeira
conforme exigências legais

A escolha da modalidade pregão eletrônico fundamenta-se na caracterização do objeto como serviço comum, bem como na existência de ampla competitividade no mercado, permitindo a definição objetiva do critério de julgamento com base na menor taxa de administração.

A adoção do critério de menor taxa assegura maior economicidade e transparência, além de permitir a comparação objetiva das propostas apresentadas, em conformidade com os princípios da eficiência, da isonomia e da seleção da proposta mais vantajosa.

A não adoção do credenciamento justifica-se pela inexistência de inviabilidade de competição, uma vez que há múltiplos fornecedores aptos a prestar o serviço e possibilidade de disputa objetiva entre eles.

9 — ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 O valor estimado da contratação foi apurado com base na pesquisa de preços constante dos autos, considerando a taxa média de administração praticada no mercado para serviços de natureza semelhante.

9.2 Para fins de estimativa, foram considerados os seguintes parâmetros:

ID: 2.528.DDD, MARISSON PIRES DOURADO(30/04/2026 10:09:42) Palavras:5.444
Cód. Autenticidade: 1081.0209.4404.9359.3188 - <https://athus.candeiasdojamari.ro.gov.br/verdocumento>





PREFEITURA DE CANDEIAS DO JAMARI
AV. TANCREDO NEVES, 1781 - UNIÃO, CANDEIAS DO JAMARI / RO - 76.860-000
CNPJ: 63.761.902/0001-60



quantitativo estimado de beneficiários: 1.500 servidores;
valor individual do benefício: R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais);
periodicidade: mensal;
taxa média de administração: 5,86%;

9.3 Com base nesses parâmetros, a estimativa do valor mensal dos créditos a serem disponibilizados aos beneficiários é de R\$ 375.000,00 (trezentos e setenta e cinco mil reais).

9.4 Aplicando-se a taxa média de administração, obtém-se o valor mensal estimado de R\$ 21.975,00 (vinte e um mil, novecentos e setenta e cinco reais).

9.5 Considerando o período de 12 (doze) meses, o valor estimado anual da taxa de administração é de R\$ 263.700,00 (duzentos e sessenta e três mil e setecentos reais).

9.6 O valor estimado total dos créditos a serem disponibilizados aos beneficiários, para o período de 12 (doze) meses, corresponde a R\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil reais), não se confundindo com a remuneração da contratada.

9.7 Para fins de contratação, considera-se como valor estimado do objeto o montante correspondente à taxa de administração, sem prejuízo do registro contábil e orçamentário dos valores destinados aos créditos dos beneficiários.

10. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a contratada que:

der causa à inexecução parcial do contrato;
der causa à inexecução total do contrato;
ensejar o retardamento da execução do objeto;
não mantiver a proposta;
falhar na execução do contrato;
fraudar a execução do contrato;
comportar-se de modo inidôneo;
cometer fraude fiscal;

10.2 Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à contratada as seguintes sanções:

advertência;
multa;
impedimento de licitar e contratar;
declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;

10.3 A multa poderá ser aplicada nas seguintes hipóteses:

10.3.1 Multa moratória:

de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30% (trinta por cento);

10.3.2 Multa compensatória:

de 10% a 15% sobre o valor total do contrato ou da parcela inadimplida, conforme a gravidade da infração;

10.4 Constituem hipóteses específicas de penalização:

indisponibilidade do sistema;
falha na disponibilização dos créditos;

ID: 2.528.DDD, MARISSON PIRES DOURADO(30/04/2026 10:09:42) Palavras:5.444
Cód. Autenticidade: 1081.0209.4404.9359.3188 - <https://athus.candeiasdojamari.ro.gov.br/verdocumento>



Pág.: 11 / 15
ASSINADO POR(2): CPF:692.79*. **2*0 CPF:987.13*. **2*1

Pág.: 42 / 65 - ID. do Doc.: 2.529.2AC - 30/04/2026 - 10:22:59 - ASSINADO POR(1): CPF:005.57*. **2*6



PREFEITURA DE CANDEIAS DO JAMARI
AV. TANCREDO NEVES, 1781 - UNIÃO, CANDEIAS DO JAMARI / RO - 76.860-000
CNPJ: 63.761.902/0001-60



inconsistência nos valores carregados;
falha na rede credenciada;
cobrança indevida de taxa;

10.5 A Administração poderá aplicar glosas nos pagamentos, de forma proporcional, nos casos de descumprimento contratual, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis.

10.6 As sanções serão aplicadas mediante regular processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11 — ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente do Município de Candeias do Jamari/RO, observando-se a segregação entre os valores destinados ao benefício de auxílio-alimentação e a remuneração da contratada.

11.2 Os valores destinados ao pagamento do benefício de auxílio-alimentação aos servidores públicos municipais serão empenhados no elemento de despesa 3.3.90.46.00.00.00.00 — Auxílio-Alimentação, com recursos oriundos, majoritariamente, da fonte 1.500.0000 — Recursos não vinculados de impostos e transferências, além de outras fontes específicas vinculadas à saúde e educação.

11.3 Conforme consignado no Estudo Técnico Preliminar, a despesa encontra-se prevista em diversas unidades orçamentárias da Administração Municipal, distribuídas nas seguintes fichas orçamentárias:

Poder Executivo

Ficha nº 23
Ficha nº 40
Ficha nº 51
Ficha nº 65
Ficha nº 76
Ficha nº 88
Ficha nº 102
Ficha nº 113
Ficha nº 130
Ficha nº 143
Ficha nº 156
Ficha nº 172
Ficha nº 227
Ficha nº 250

Assistência Social

Ficha nº 265

Saúde

Ficha nº 358

Educação

Ficha nº 443
Ficha nº 457
Ficha nº 458
Ficha nº 459
Ficha nº 460

11.4 A despesa relativa à remuneração da contratada, correspondente à taxa de administração, será empenhada no elemento de despesa 3.3.90.39.00.00.00.00 — Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, observando-se a disponibilidade orçamentária das respectivas unidades administrativas.





11.5 A execução da despesa ocorrerá de forma descentralizada por secretaria, utilizando as dotações próprias de cada unidade gestora, conforme estrutura orçamentária vigente.

11.6 A execução orçamentária observará a segregação entre:
despesa de natureza indenizatória (auxílio-alimentação — elemento 3.3.90.46);
despesa de natureza contratual (taxa administrativa — elemento 3.3.90.39);

11.7 A contratação observará as disposições da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, especialmente quanto à existência de prévia dotação orçamentária suficiente e à compatibilidade com o planejamento fiscal do Município.

12 — OBRIGAÇÕES DAS PARTES E DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1.1 Executar o objeto contratual em estrita conformidade com as disposições deste Termo de Referência, do instrumento contratual e da proposta apresentada, observando as normas legais e regulamentares aplicáveis.

12.1.2 Realizar a emissão, personalização, entrega e ativação dos cartões aos beneficiários, nos prazos estabelecidos, garantindo sua plena funcionalidade.

12.1.3 Disponibilizar, mensalmente, os créditos de auxílio-alimentação nos cartões dos beneficiários, conforme relação encaminhada pela Administração.

12.1.4 Garantir a integralidade dos valores disponibilizados aos beneficiários, sendo vedada qualquer forma de deságio, desconto ou redução indevida, nos termos da Lei nº 14.442/2022, art. 3º, inciso I.

12.1.5 Manter rede credenciada de estabelecimentos comerciais aptos à aceitação do benefício no Município de Candeias do Jamari/RO, em quantidade e capilaridade adequadas.

12.1.6 Assegurar o funcionamento contínuo da rede credenciada, adotando medidas para substituição de estabelecimentos eventualmente descredenciados.

12.1.7 Disponibilizar sistema informatizado de gestão, acessível à Administração, que permita:

- consulta de saldos e extratos;
- acompanhamento das recargas;
- emissão de relatórios gerenciais;
- controle de cartões;
- gestão da rede credenciada;

12.1.8 Garantir a segurança da informação, a confidencialidade dos dados e a integridade das transações realizadas, observando a Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

12.1.9 Disponibilizar canais de atendimento aos usuários e à Administração, incluindo, no mínimo:

- central telefônica;
- atendimento eletrônico/digital;

12.1.10 Efetuar o bloqueio imediato dos cartões em caso de perda, roubo ou extravio, bem como providenciar a emissão de segunda via.

12.1.11 Manter a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária durante toda a execução contratual.





PREFEITURA DE CANDEIAS DO JAMARI
AV. TANCREDO NEVES, 1781 - UNIÃO, CANDEIAS DO JAMARI / RO - 76.860-000
CNPJ: 63.761.902/0001-60



12.1.12 Apresentar, mensalmente, relatórios detalhados da execução, conforme previsto neste Termo de Referência.

12.1.13 Prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados pela Administração.

12.1.14 Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua atuação.

12.1.15 Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, a execução do contrato, sem autorização da Administração.

12.1.16 Garantir a continuidade da prestação dos serviços, em razão da natureza essencial do objeto.

12.1.17 Responsabilizar-se integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato.

12.1.18 Não utilizar práticas que possam comprometer a qualidade do serviço ou transferir custos à rede credenciada ou aos beneficiários.

12.1.19 Manter estrutura operacional suficiente para atendimento da demanda estimada de beneficiários.

12.1.20 Observar as disposições relativas à sustentabilidade e à mitigação de impactos ambientais, especialmente quanto à emissão e descarte de cartões.

12.2 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.2.1 Fornecer à contratada todas as informações necessárias à execução do objeto, especialmente a relação atualizada de beneficiários.

12.2.2 Efetuar os pagamentos devidos à contratada, nos prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência.

12.2.3 Designar gestor e fiscal do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

12.2.4 Acompanhar e fiscalizar a execução contratual, verificando o cumprimento das obrigações assumidas.

12.2.5 Comunicar à contratada quaisquer irregularidades verificadas na execução do contrato.

12.2.6 Aplicar as sanções administrativas cabíveis, quando necessário.

12.2.7 Validar as informações apresentadas pela contratada para fins de pagamento.

12.2.8 Assegurar a adequada instrução processual e o cumprimento das etapas da despesa pública (empenho, liquidação e pagamento).

12.2.9 Zelar pela correta utilização do benefício pelos servidores, conforme legislação municipal aplicável.

12.3 DISPOSIÇÕES GERAIS

12.3.1 A contratação será regida pelas disposições da Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis à Administração Pública.

12.3.2 O contrato poderá ser prorrogado nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantagem para a Administração.





PREFEITURA DE CANDEIAS DO JAMARI
AV. TANCREDO NEVES, 1781 - UNIÃO, CANDEIAS DO JAMARI / RO - 76.860-000
CNPJ: 63.761.902/0001-60



12.3.3 A execução contratual deverá observar os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, transparência e continuidade do serviço público.

12.3.4 A contratada deverá observar integralmente as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

12.3.5 A eventual alteração contratual deverá observar as hipóteses e limites previstos na Lei nº 14.133/2021.

12.3.6 Os casos omissos serão resolvidos pela Administração, à luz da legislação vigente e dos princípios que regem a Administração Pública.

12.3.7 Integram este Termo de Referência, para todos os fins, a matéria relativa a:
Estudo Técnico Preliminar (ETP);
Documento de Oficialização da Demanda (DOD);
Pesquisa de preços;
demais documentos constantes do processo administrativo;

12.3.8 A execução do objeto deverá assegurar a rastreabilidade das operações, a transparência na gestão do benefício e a adequada prestação de contas aos órgãos de controle.

12.2.10 Promover a atualização das informações dos beneficiários, garantindo a consistência dos dados encaminhados à contratada.

Assinaturas do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **EDINEY MARCIO ASSUMPCÃO QUADROS**, CPF: 692.79*. **2-*0 em **30/04/2026 10:11:43**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **1044.3U11.3433.711K.8746**, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **MARISSON PIRES DOURADO**, CPF: 987.13*. **2-*1 em **30/04/2026 10:09:46**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **10R5.0U09.440K.6118.1121**, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Informações do Documento

ID do Documento: **2.528.DDD** - Tipo de Documento: **TERMO DE REFERÊNCIA**.

Elaborado por **MARISSON PIRES DOURADO**, CPF: 987.13*. **2-*1, em **30/04/2026 10:09:42**, contendo 5.444 palavras.

Código de Autenticidade deste Documento: 1081.0209.4404.9359.3188

A autenticidade do documento pode ser conferida no site: <https://athus.candeiasdojamari.ro.gov.br/verdocumento>





ESTUDO TECNICO PRELIMINAR - ETP

Nº 68/2026

CANDEIAS DO JAMARI/RO, 28 de abril de 2026.

INFORMAÇÕES BÁSICAS

Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari
Secretaria Demandante: Secretaria Municipal de Finanças – SEMFIN
Departamento Responsável: Secretaria Municipal Geral de Administração (SEMG)
Tipo de Processo: Compras de Produtos e Serviços (Principal)
Procedimento: Despesa – Produtos/Serviços Geral

DADOS TEMPORAIS - Data de abertura do processo: 21/11/2025 às 08:04:26

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL DA DEMANDA:

Lei Municipal nº 1.818, de 25 de novembro de 2025
Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

SEÇÃO 1 — NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação decorre da necessidade de operacionalizar a concessão do benefício denominado “Cartão Cidadão”, instituído pela Lei Municipal nº 1.818, de 25 de novembro de 2025, o qual deve ser disponibilizado aos servidores públicos municipais ativos, com natureza indenizatória e finalidade de subsidiar despesas de alimentação e outras despesas domésticas.

Atualmente, o benefício encontra-se em fase de implementação, sendo realizado diretamente em folha de pagamento, sem a utilização de mecanismos tecnológicos que assegurem controle, rastreabilidade e vinculação do gasto à finalidade pública estabelecida em lei. Tal modelo não permite a gestão eficiente do benefício, tampouco garante sua utilização no comércio local, conforme previsto no art. 1º, §1º, da referida lei.

Nesse contexto, a Administração Pública Municipal possui a necessidade real de estruturar solução operacional que viabilize a gestão do benefício de forma eficiente, segura e transparente, assegurando controle das transações, rastreabilidade dos recursos públicos e aderência à política pública instituída. Ademais, a implementação adequada do benefício visa não apenas atender aos servidores públicos — estimados em aproximadamente 1.228 servidores em efetivo exercício, adotando-se, para fins de planejamento e dimensionamento da contratação, estimativa técnica de até 1.500 beneficiários, considerando admissões, variações no quadro funcional e margem de segurança operacional —, mas também fomentar a economia local, por meio da utilização do benefício exclusivamente na circunscrição do Município.

A não implementação da solução adequada poderá comprometer o cumprimento da Lei Municipal nº 1.818/2025, especialmente quanto ao prazo de implantação previsto em seu art. 8º, bem como inviabilizar os resultados esperados da política pública, tais como a valorização dos servidores e o fortalecimento do comércio local.

Dessa forma, a contratação pretendida tem por objetivo viabilizar a implementação do benefício “Cartão Cidadão” por meio de solução tecnológica baseada em cartões eletrônicos/magnéticos, garantindo maior eficiência administrativa, controle na aplicação dos recursos públicos e efetividade da política pública instituída.

SEÇÃO 2 — PREVISÃO NO PCA E ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO





A presente contratação não possui, até o momento, comprovação de vinculação ao Plano de Contratações Anual (PCA), tendo em vista que não foi identificado, nos autos, documento que demonstre a existência de PCA vigente no âmbito do Município de Candeias do Jamari.

Nesse sentido, a ausência de previsão no PCA decorre da inexistência formal do referido instrumento de planejamento, situação que deverá ser objeto de regularização administrativa, mediante a futura elaboração e institucionalização do Plano de Contratações Anual, nos termos do art. 18, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

Não obstante, a contratação encontra-se alinhada ao planejamento governamental sob a ótica material, uma vez que visa viabilizar a implementação de política pública instituída pela Lei Municipal nº 1.818, de 25 de novembro de 2025, a qual criou o benefício denominado “Cartão Cidadão”, destinado aos servidores públicos municipais.

Ademais, a demanda está diretamente relacionada à necessidade administrativa de dar cumprimento à legislação vigente, garantindo a efetividade do benefício e a consecução dos objetivos públicos associados, tais como a valorização dos servidores e o fortalecimento da economia local.

Dessa forma, embora não haja comprovação formal de previsão no PCA, verifica-se que a contratação está materialmente alinhada às diretrizes institucionais e às políticas públicas do Município, devendo a ausência do instrumento de planejamento ser sanada em momento oportuno, mediante adoção das providências administrativas cabíveis.

SEÇÃO 3 — REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação pretendida deverá observar requisitos mínimos de qualidade e desempenho suficientes para atender à necessidade administrativa identificada, sem restringir indevidamente a competitividade do certame.

Nesse sentido, a solução a ser contratada deverá contemplar a prestação de serviços de administração, gerenciamento, emissão e fornecimento de cartões eletrônicos ou magnéticos, destinados à concessão do benefício de vale-alimentação aos servidores públicos municipais, incluindo o processamento das transações financeiras, a disponibilização de sistema de gestão com relatórios gerenciais, a manutenção de rede credenciada de estabelecimentos comerciais no âmbito do Município de Candeias do Jamari e o atendimento tanto à Administração quanto aos usuários.

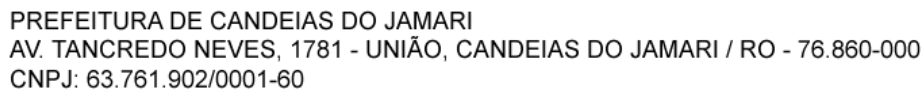
A solução deverá assegurar, ainda, a rastreabilidade das operações, a segurança das transações e a execução do crédito mensal do benefício aos servidores, observando-se a utilização restrita ao território municipal, conforme disposto na Lei Municipal nº 1.818/2025.

Quanto à natureza da contratação, trata-se de serviço comum de natureza continuada, uma vez que sua execução ocorre de forma contínua e periódica, sendo indispensável para a operacionalização permanente da política pública instituída.

Os requisitos estabelecidos deverão ser definidos em nível mínimo necessário ao atendimento da necessidade administrativa, de modo a não restringir a competitividade. Nesse contexto, eventuais exigências relacionadas à rede credenciada deverão observar critérios que permitam a participação de múltiplos fornecedores, evitando restrições indevidas, admitindo-se, quando tecnicamente viável, a formação ou ampliação da rede após a contratação.

No que se refere à sustentabilidade, verifica-se que a solução contribui indiretamente para o fortalecimento da economia local, embora não tenham sido identificados, nos autos, critérios ambientais técnicos específicos, devendo tal aspecto ser objeto de avaliação complementar.

Por fim, registra-se que a indicação de credenciamento constante no Documento de Oficialização da Demanda deverá ser reavaliada, em razão da definição administrativa pela adoção de pregão eletrônico, sendo realizada neste ato a formalização dessa decisão nos autos, o que, após, na fase jurídica será



SEÇÃO 4 — ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

Conforme levantamento constante nos autos, o Município possui atualmente 1.228 servidores ativos em exercício, conforme relatório atualizado de pessoal. Considerando a dinâmica administrativa, incluindo admissões, movimentações funcionais e margem de segurança para atendimento integral da demanda durante a vigência contratual, adotou-se estimativa técnica aproximada de 1.500 beneficiários.

Ressalta-se que não foram identificados, nos autos, dados históricos ou projeções formais de crescimento do quadro de pessoal, motivo pelo qual tais elementos deverão ser objeto de complementação, quando ocorrerem, a fim de aprimorar a precisão da estimativa.

SEÇÃO 5 — LEVANTAMENTO DE MERCADO

Inicialmente, verifica-se que a manutenção do pagamento do benefício diretamente em folha de pagamento não atende à finalidade estabelecida na Lei Municipal nº 1.818/2025, uma vez que não possibilita o controle da destinação dos recursos, nem assegura sua utilização no comércio local.

A alternativa de credenciamento de empresas especializadas, embora indicada no Documento de Oficialização da Demanda, apresenta limitações operacionais relevantes, tais como a fragmentação da gestão do benefício, maior complexidade administrativa e potencial redução da eficiência no controle das transações.

Por sua vez, a contratação por meio de pregão eletrônico mostra-se mais adequada, considerando que o objeto consiste em serviço comum, com padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, passíveis de especificação no instrumento convocatório, permitindo ampla competitividade entre fornecedores.

Ademais, tal modelo possibilita maior controle, padronização da solução e eficiência na gestão do benefício, alinhando-se aos princípios da economicidade, eficiência e interesse público.

SEÇÃO 6 — ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa do valor da contratação foi elaborada com base nas pesquisas de preços constantes nos autos, considerando que a remuneração da empresa contratada se dará por meio de taxa de administração.

ID: 2.510.F57, MARISSON PIRES DOURADO(28/04/2026 10:51:25) Palavras:4.683
Cód. Autenticidade: 1093.1H51.225X.Z06R.8112 - <https://athus.candeiasdojari.ro.gov.br/verdocumento>



incidente sobre o valor total dos créditos disponibilizados aos beneficiários.

Foram identificadas taxas de administração de 3,75%, 5,34% e 8,50%, resultando em média aritmética de 5,86%, a qual foi adotada como parâmetro para a estimativa do valor da contratação, por representar de forma adequada o comportamento do mercado e assegurar maior robustez metodológica, em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

Para fins de dimensionamento financeiro, considerou-se o quantitativo estimado de 1.500 servidores beneficiários e o valor unitário mensal do benefício de R\$ 250,00, resultando em um montante de R\$ 375.000,00 mensais e R\$ 4.500.000,00 anuais a serem administrados.

Aplicando-se a taxa média de administração de 5,86% sobre o valor anual estimado, obtém-se o custo estimado de R\$ 263.700,00, totalizando o valor global estimado da contratação em R\$ 4.763.700,00.

O procedimento licitatório adotará como critério de julgamento o menor percentual de taxa de administração, vedada a apresentação de propostas com taxa negativa.

Não será admitida a apresentação de propostas que contemplem taxa de administração negativa, considerando a necessidade de preservação do equilíbrio econômico-financeiro da contratação, a garantia da adequada execução contratual e a mitigação de riscos de inexecução.

Registra-se que a matéria possui entendimentos divergentes no âmbito dos Tribunais de Contas, especialmente quanto à admissibilidade de taxas negativas em contratações dessa natureza. Não obstante, a Administração opta, de forma motivada, pela vedação da taxa negativa, em observância aos princípios da segurança jurídica, da eficiência, da economicidade e da vantajosidade da contratação.

SEÇÃO 7 — JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

A análise da possibilidade de parcelamento do objeto foi realizada nos termos do art. 18, §1º, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021, considerando as características técnicas e operacionais da contratação.

Verificou-se que o objeto consiste na prestação integrada de serviços de administração, gerenciamento, emissão e fornecimento de cartões eletrônicos, bem como na operacionalização de rede credenciada e processamento das transações financeiras, configurando solução única e indivisível sob o ponto de vista técnico e operacional.

A eventual divisão do objeto em parcelas ou lotes distintos implicaria a contratação de múltiplos fornecedores, o que acarretaria fragmentação da gestão do benefício, aumento da complexidade administrativa, dificuldades de controle e fiscalização, pulverização de contratos, além de potencial comprometimento da eficiência da política pública implementada.

Adicionalmente, a unificação da contratação favorece a obtenção de economia de escala, com potencial redução dos custos operacionais e maior competitividade no certame.

Dessa forma, conclui-se pela inviabilidade técnica e econômica do parcelamento do objeto, recomendando-se sua contratação de forma única.

SEÇÃO 8 — DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para prestação de serviços de administração, gerenciamento, emissão e fornecimento de cartões eletrônicos ou magnéticos destinados à concessão do benefício de auxílio-alimentação aos servidores públicos municipais, conforme instituído pela Lei Municipal nº 1.818/2025.

A solução deverá contemplar, de forma integrada, a emissão e gestão dos cartões, a disponibilização de plataforma informatizada para gerenciamento do benefício, o processamento das transações financeiras, a



manutenção de rede credenciada de estabelecimentos comerciais no âmbito do Município, o atendimento aos usuários e à Administração, bem como a disponibilização de relatórios gerenciais para fins de controle e fiscalização.

O fluxo operacional da solução compreenderá o envio, pela Administração, das informações relativas aos beneficiários, a disponibilização dos créditos mensais pela contratada, a utilização dos valores pelos servidores na rede credenciada, o processamento das transações e a disponibilização de informações e relatórios que permitam o acompanhamento e a gestão do benefício.

O modelo econômico adotado será baseado na remuneração da contratada por meio de taxa de administração incidente sobre o valor total dos créditos disponibilizados, sendo o procedimento licitatório realizado sob o critério de julgamento do menor percentual de taxa de administração, vedada a apresentação de propostas com taxa negativa, conforme fundamentação constante deste Estudo Técnico Preliminar.

A solução deverá possuir capacidade operacional suficiente para atender aproximadamente 1.500 servidores, admitindo variações ao longo da execução contratual, e garantir a prestação contínua e ininterrupta dos serviços, em razão da natureza essencial da política pública envolvida.

Deverá, ainda, assegurar a rastreabilidade das operações, a segurança das transações e o controle administrativo, bem como a utilização do benefício exclusivamente no âmbito do Município, em conformidade com a legislação vigente.

Por fim, a solução deverá possibilitar integração com os sistemas administrativos do Município, especialmente aqueles relacionados à gestão de pessoal, de modo a garantir eficiência operacional, confiabilidade das informações e adequada gestão do benefício.

SEÇÃO 9 — RESULTADOS PRETENDIDOS

Resultado 1 — Implementação efetiva do benefício

Resultado: disponibilização mensal do benefício “Cartão Cidadão” aos servidores públicos municipais ativos aptos ao recebimento.

Evidência/Origem: DOD nº 177/2025, itens 3, 5 e 10.

Como verificar: conferência mensal da relação de beneficiários, dos créditos disponibilizados e dos relatórios emitidos pela contratada.

Resultado 2 — Maior controle administrativo do benefício

Resultado: substituição do modelo de pagamento em folha por solução com controle operacional específico, mediante cartão eletrônico/magnético e relatórios gerenciais.

Evidência/Origem: DOD nº 177/2025, itens 4 e 8.

Como verificar: emissão de relatórios mensais contendo beneficiários ativos, créditos realizados, cartões emitidos, cartões bloqueados/cancelados, movimentações e inconsistências.

Resultado 3 — Rastreabilidade da utilização dos recursos

Resultado: permitir à Administração acompanhar a execução do benefício por meio de registros de transações e relatórios gerenciais.

Evidência/Origem: DOD nº 177/2025, item 8.

Como verificar: conferência de relatórios fornecidos pela contratada e registros de uso na rede credenciada.

Resultado 4 — Fortalecimento da economia local

Resultado: direcionamento do uso do benefício à rede credenciada localizada no Município de Candeias do Jamari, fomentando o comércio local.

Evidência/Origem: Lei Municipal nº 1.818/2025, art. 1º, §1º, e art. 7º.

Como verificar: relação atualizada da rede credenciada local e relatórios de transações realizadas em estabelecimentos do Município.

Resultado 5 — Eficiência operacional na gestão do benefício

Resultado: reduzir rotinas manuais e melhorar a governança da concessão do benefício, com uso de sistema informatizado.





Evidência/Origem: DOD nº 177/2025, item 4, que prevê sistema de gestão e relatórios.

Como verificar: acesso administrativo ao sistema, relatórios mensais, histórico de créditos e registros de atendimento.

Resultado 6 — Segurança alimentar e valorização dos servidores

Resultado: assegurar aos servidores ativos apoio material para custeio de alimentação e demais despesas domésticas autorizadas pela lei municipal.

Evidência/Origem: Lei Municipal nº 1.818/2025, art. 1º, §1º, e DOD nº 177/2025, item 8.

Como verificar: efetiva disponibilização mensal dos créditos aos beneficiários aptos.

A contratação pretende assegurar a efetiva implementação do benefício denominado “Cartão Cidadão”, instituído pela Lei Municipal nº 1.818/2025, destinado aos servidores públicos municipais ativos, mediante solução operacional baseada em cartão eletrônico ou magnético, sistema de gestão e rede credenciada no Município.

O primeiro resultado pretendido consiste na disponibilização regular do benefício aos servidores aptos ao recebimento, de forma mensal, segura e controlada. A contratação deverá permitir que a Administração encaminhe a relação de beneficiários, acompanhe os créditos disponibilizados e verifique a execução do serviço por meio de relatórios gerenciais, garantindo maior controle sobre a política pública instituída.

Busca-se, ainda, substituir a sistemática atualmente vinculada à folha de pagamento por modelo operacional específico, com maior rastreabilidade, transparência e capacidade de fiscalização. A solução deverá permitir o acompanhamento dos créditos, cartões emitidos, cartões bloqueados ou cancelados, movimentações realizadas e demais informações necessárias à adequada gestão administrativa do benefício.

Outro resultado relevante é o fortalecimento da economia local, uma vez que a Lei Municipal nº 1.818/2025 estabelece que o benefício seja utilizado dentro da circunscrição do Município. Com isso, pretende-se que os valores disponibilizados aos servidores circulem prioritariamente no comércio de Candeias do Jamari, gerando reflexos positivos na atividade econômica local, sem prejuízo da necessidade de definição objetiva dos critérios de formação e comprovação da rede credenciada.

A contratação também visa ao melhor aproveitamento dos recursos humanos disponíveis, uma vez que a gestão informatizada do benefício tende a reduzir rotinas manuais, facilitar a atualização cadastral dos beneficiários e melhorar a atuação dos setores responsáveis pela fiscalização, gestão contratual e controle financeiro. Para tanto, deverão ser definidos, no Termo de Referência, os fluxos internos de envio de dados, conferência mensal, validação dos créditos e análise dos relatórios da contratada.

Sob a perspectiva financeira, o resultado pretendido é assegurar que o valor público destinado ao benefício seja administrado com previsibilidade, controle e eficiência, mediante taxa de administração definida em procedimento licitatório competitivo. A economicidade será aferida pela obtenção da menor taxa percentual de administração válida, observada a vedação de taxa negativa, conforme decisão administrativa motivada no presente estudo.

Pretende-se, por fim, garantir a continuidade da política pública de valorização dos servidores, reduzindo o risco de descumprimento da Lei Municipal nº 1.818/2025 e permitindo que o benefício alcance sua finalidade pública: apoiar os servidores municipais, conferir maior segurança e eficiência à Administração e fomentar a economia local.

Os resultados pretendidos poderão ser acompanhados por meio de indicadores de desempenho, tais como:

- I — percentual de beneficiários com crédito disponibilizado dentro do prazo estabelecido;
- II — taxa de disponibilidade do sistema de gestão;
- III — tempo médio de atendimento às demandas dos usuários;
- IV — número de estabelecimentos ativos na rede credenciada no Município;
- V — índice de inconsistências identificadas na execução do benefício

SEÇÃO 10 — PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CONTRATAÇÃO





Para a adequada implementação da solução proposta, a Administração deverá adotar previamente um conjunto de providências de natureza administrativa, operacional e tecnológica, indispensáveis à execução eficiente da contratação.

Inicialmente, deverá ser realizada a consolidação e validação da base de dados dos servidores públicos municipais ativos elegíveis ao recebimento do benefício, de modo a assegurar a correta identificação dos beneficiários e evitar inconsistências na disponibilização dos créditos.

Deverá, ainda, ser estruturado o fluxo operacional interno da Administração, contemplando o envio mensal das informações à contratada, a conferência dos créditos disponibilizados, a validação da execução do serviço e a autorização para pagamento, garantindo o adequado controle administrativo do contrato.

Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, deverão ser formalmente designados o gestor e o(s) fiscal(is) do contrato, responsáveis pelo acompanhamento, fiscalização e verificação do cumprimento das obrigações contratuais.

No âmbito orçamentário, deverá ser assegurada a existência de dotação suficiente para suportar a despesa decorrente da contratação, observando-se a classificação adequada da despesa e a compatibilidade com o planejamento financeiro do Município.

Adicionalmente, a Administração deverá avaliar a necessidade de adequação dos seus sistemas administrativos, especialmente aqueles relacionados à gestão de pessoal, a fim de viabilizar a integração com a solução a ser contratada e garantir a eficiência operacional do processo.

Deverão ser formalizadas, também, as regras internas de concessão do benefício, em conformidade com a Lei Municipal nº 1.818/2025, incluindo critérios de inclusão, exclusão e manutenção dos beneficiários, por meio de ato normativo próprio.

Por fim, deverá ser elaborado planejamento para a implantação da solução, contemplando cronograma de execução, distribuição dos cartões aos beneficiários e início da operacionalização do benefício, observando-se o prazo legal estabelecido para sua implementação.

SEÇÃO 11 — CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não foram identificadas, nos autos, contratações correlatas ou interdependentes necessárias à execução do objeto pretendido.

A solução proposta possui natureza autônoma, sendo suficiente, por si só, para atender à necessidade administrativa de implementação do benefício de auxílio-alimentação por meio de cartão eletrônico ou magnético.

Registra-se que, embora exista no âmbito do Município contratação de serviços de gerenciamento de cartões para aquisição de combustíveis, tal contratação não possui relação direta com o objeto ora analisado, tratando-se de solução distinta, com finalidade específica diversa, não configurando, portanto, contratação correlata ou interdependente.

Destaca-se, ainda, que a execução do objeto dependerá exclusivamente de providências internas da Administração, especialmente no que se refere à disponibilização e atualização da base de dados dos servidores beneficiários, bem como à definição dos fluxos operacionais internos, já tratados na Seção 10 deste Estudo Técnico Preliminar.

Dessa forma, conclui-se que não há necessidade de realização de contratações adicionais para viabilizar a execução do objeto, inexistindo interdependência que comprometa a implementação da solução proposta.

SEÇÃO 12 — IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS





Nos documentos analisados, não há estudo ambiental específico sobre o objeto. Entretanto, o art. 18, §1º, inciso XII, da Lei nº 14.133/2021 exige que o ETP descreva possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluindo requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável.

A Lei Municipal nº 1.818/2025 define que o benefício será operacionalizado por cartão magnético e utilizado dentro da circunscrição do Município. O DOD nº 177/2025 também prevê emissão, gestão e administração de cartões, sistema de gestão, relatórios, rede credenciada e atendimento aos usuários e à Administração.

O Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU/CGU orienta que a sustentabilidade nas contratações públicas seja analisada de modo compatível com o objeto, sem inclusão automática de exigências desconectadas da contratação.

A contratação possui impactos ambientais diretos limitados, por se tratar de serviço predominantemente operacional, tecnológico e financeiro, voltado à administração de benefício por meio de cartão eletrônico ou magnético. Ainda assim, nos termos do art. 18, §1º, inciso XII, da Lei nº 14.133/2021, devem ser avaliados os possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, especialmente quanto ao consumo de recursos, geração de resíduos, logística reversa e adoção de soluções de baixo consumo.

No caso concreto, o principal impacto ambiental direto decorre da emissão, substituição, bloqueio, inutilização e eventual descarte de cartões físicos. Para mitigar esse risco, a contratada deverá adotar mecanismos de controle de emissão, evitando duplicidades, reemissões indevidas e geração desnecessária de cartões. Recomenda-se, ainda, que o Termo de Referência preveja procedimento para recolhimento ou destinação ambientalmente adequada de cartões vencidos, inutilizados ou substituídos, quando tecnicamente viável, observando-se a Política Nacional de Resíduos Sólidos, especialmente quanto à lógica de redução, reutilização, reciclagem e destinação ambientalmente adequada.

Também deverão ser priorizados meios digitais de gestão, comunicação e prestação de contas, com disponibilização de sistema informatizado, relatórios eletrônicos, arquivos digitais de movimentação, atendimento remoto e canais digitais de suporte. Essa diretriz reduz a necessidade de impressão de documentos, deslocamentos físicos e consumo de papel, sem prejuízo da formalização dos atos essenciais do processo administrativo.

Quanto ao consumo de energia e de outros recursos, o impacto é indireto, pois decorre da operação de sistemas, processamento de dados, suporte técnico e infraestrutura tecnológica da contratada. Por essa razão, recomenda-se que a Administração exija solução baseada em plataforma digital estável, com possibilidade de acesso remoto, relatórios eletrônicos e gestão centralizada, evitando rotinas manuais ou presenciais desnecessárias.

No aspecto operacional, a solução deverá permitir rastreabilidade das transações, controle dos créditos, gestão dos cartões, acompanhamento da rede credenciada e emissão de relatórios gerenciais, de modo a reduzir riscos de uso indevido, pagamentos inconsistentes, falhas cadastrais e fragilidade na fiscalização contratual. Esses controles possuem relevância não apenas administrativa, mas também ambiental e econômica, pois evitam desperdício de recursos públicos e reduzem retrabalho.

Sob a perspectiva econômica e social, a contratação apresenta impacto positivo relevante, pois a Lei Municipal nº 1.818/2025 estabelece que o benefício seja utilizado dentro da circunscrição do Município. Assim, a medida tende a fomentar o comércio local, fortalecer a economia de Candeias do Jamari e ampliar a circulação de recursos no próprio Município, desde que a rede credenciada seja efetiva, acessível e distribuída de modo suficiente para atender os servidores beneficiários.

Contudo, a exigência de rede credenciada exclusivamente local deve ser tratada com governança e proporcionalidade. Embora seja necessária para atender à finalidade da lei municipal, a Administração deverá evitar exigências que restrinjam indevidamente a competitividade. Assim, recomenda-se que o Termo de Referência permita, quando tecnicamente adequado, a formação ou ampliação da rede credenciada em prazo razoável após a contratação, com metas objetivas, comprovação documental e fiscalização pela Administração.





A contratação também demanda atenção à governança de dados, pois envolverá cadastro de servidores, informações de cartões, créditos, bloqueios, movimentações e relatórios. Desse modo, deverão ser observadas medidas de segurança da informação, controle de acesso, confidencialidade e limitação do tratamento de dados ao estritamente necessário à execução contratual.

Deverão ser observadas as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), especialmente quanto à segurança da informação, controle de acesso, confidencialidade e limitação do tratamento de dados ao estritamente necessário à execução contratual.

Dessa forma, conclui-se que os impactos ambientais diretos da contratação são moderados e controláveis, concentrando-se principalmente na emissão e descarte de cartões físicos, no consumo de papel e na operação tecnológica da solução. As medidas mitigadoras consistem na priorização de meios digitais, controle de emissão e substituição de cartões, previsão de destinação adequada dos cartões inutilizados, redução de rotinas presenciais, relatórios eletrônicos, atendimento remoto e governança da rede credenciada local.

SEÇÃO 13 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A análise da adequação orçamentária da contratação foi realizada com base nas informações fornecidas pelo setor de planejamento do Município de Candeias do Jamari, relativas ao exercício financeiro de 2026, conforme relação de despesas constante nos autos, registrada sob o ID: 2.510.6A9 - ND - NOTA DE DOTAÇÃO.

Verificou-se que a despesa com auxílio-alimentação encontra-se devidamente prevista em diversas unidades orçamentárias da Administração Municipal, sob o elemento de despesa 3.3.90.46.00.00.00.00 — Auxílio-alimentação, com recursos majoritariamente oriundos da fonte 1.500.0000 — Recursos não vinculados de impostos e transferências, além de outras fontes específicas vinculadas à saúde e educação.

Constatou-se, ainda, a existência de múltiplas fichas orçamentárias distribuídas entre as unidades administrativas, incluindo, entre outras, as fichas nº 23, 40, 51, 65, 76, 88, 102, 113, 130, 143, 156, 172, 227 e 250, no âmbito do Poder Executivo, bem como as fichas nº 265 (Assistência Social), nº 358 (Saúde) e nº 443, 457, 458, 459 e 460 (Educação), todas destinadas ao custeio de auxílio-alimentação aos servidores.

Dessa forma, verifica-se que a despesa objeto da presente contratação já se encontra devidamente prevista no orçamento municipal, não se tratando de criação de nova despesa, mas sim de alteração da forma de sua execução, passando do modelo atualmente realizado via folha de pagamento para modelo operacional por meio de cartão eletrônico ou magnético.

Ressalta-se que a contratação implicará, adicionalmente, na incidência de despesa relativa à taxa de administração, a qual deverá ser suportada por dotação orçamentária classificada no elemento 3.3.90.39 — Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, devendo a Administração promover os ajustes necessários para sua adequada cobertura orçamentária.

Diante do exposto, conclui-se que há plena adequação orçamentária para a realização da contratação, estando a despesa compatível com o planejamento financeiro do Município e em conformidade com os requisitos estabelecidos na Lei nº 14.133/2021 e na Lei Complementar nº 101/2000.

SEÇÃO 14 - CRITÉRIO DE JULGAMENTO

O critério de julgamento da licitação será o menor percentual de taxa de administração, incidente sobre o valor total dos créditos disponibilizados aos beneficiários.

Não será admitida a apresentação de propostas que contemplem taxa de administração negativa, considerando a necessidade de preservação do equilíbrio econômico-financeiro da contratação, a garantia da adequada execução contratual e a mitigação de riscos de inexecução.





Adicionalmente, a vedação à taxa negativa fundamenta-se na necessidade de evitar distorções no modelo econômico da contratação, que possam resultar na transferência indireta de custos à rede credenciada ou na redução da qualidade dos serviços prestados.

Registra-se, ainda, que a matéria possui entendimentos divergentes no âmbito dos Tribunais de Contas, especialmente quanto à aplicabilidade do art. 3º, inciso I, da Lei nº 14.442/2022 às contratações realizadas por entes públicos. Não obstante, a Administração opta, de forma motivada, pela vedação da taxa negativa, em observância aos princípios da segurança jurídica, da eficiência e da vantajosidade da contratação.

Assim, não será admitida a apresentação de propostas que contemplem taxa de administração negativa, considerando a necessidade de preservação do equilíbrio econômico-financeiro da contratação, a garantia da adequada execução contratual e a mitigação de riscos de inexecução.

SEÇÃO 15 - DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

O presente Estudo Técnico Preliminar demonstra, de forma fundamentada, a necessidade de contratação de empresa especializada para prestação de serviços de administração, gerenciamento, emissão e fornecimento de cartões eletrônicos ou magnéticos destinados à concessão do benefício de auxílio-alimentação aos servidores públicos municipais, conforme instituído pela Lei Municipal nº 1.818/2025.

Resta evidenciado que a solução proposta é tecnicamente adequada, amplamente disponível no mercado e compatível com as necessidades da Administração, possibilitando maior controle, rastreabilidade, eficiência e transparência na gestão do benefício, em substituição ao modelo atualmente adotado.

Sob o aspecto econômico, a contratação apresenta-se viável, considerando a existência de mercado competitivo, a definição de critério de julgamento baseado na menor taxa de administração e a adoção de metodologia de estimativa de preços compatível com os parâmetros estabelecidos no art. 23 da Lei nº 14.133/2021.

No que se refere à operacionalização, verificou-se que a execução do objeto é plenamente viável, desde que observadas as providências administrativas previamente identificadas, especialmente quanto à organização da base de beneficiários, definição de fluxos internos e estruturação da fiscalização contratual.

Os riscos identificados ao longo do estudo foram devidamente analisados e possuem medidas mitigadoras estabelecidas, não se verificando impedimentos relevantes à contratação.

Adicionalmente, a solução contribui para o fortalecimento da economia local, ao direcionar a utilização do benefício ao comércio do Município, bem como para a valorização dos servidores públicos, atendendo à finalidade da política pública instituída.

Diante do exposto, conclui-se pela VIABILIDADE TÉCNICA, ECONÔMICA E OPERACIONAL DA CONTRATAÇÃO, recomendando-se o prosseguimento do processo administrativo com a elaboração do Termo de Referência e a adoção das providências necessárias à realização do procedimento licitatório, na modalidade pregão eletrônico.

Assinaturas do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **EDINEY MARCIO ASSUMPTÃO QUADROS**, CPF: 692.79*.**2-0 em **28/04/2026 11:45:38**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **1130.1K45.338Z.A536.8713**, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.





PREFEITURA DE CANDEIAS DO JAMARI
AV. TANCREDO NEVES, 1781 - UNIÃO, CANDEIAS DO JAMARI / RO - 76.860-000
CNPJ: 63.761.902/0001-60



Documento Assinado Eletronicamente por **FRANCIELEN DA SILVA OLIVEIRA**, CPF: 871.87*.**2-
*9 em **28/04/2026 11:13:31**, Cód. Autenticidade da Assinatura: 11V3.1E13.331E.667Z.8270, com
fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Informações do Documento

ID do Documento: **2.510.F57** - Tipo de Documento: **ESTUDO TECNICO PRELIMINAR - ETP - Nº 68/2026**

Elaborado por **MARISSON PIRES DOURADO**, CPF: 987.13*.**2-*1, em **28/04/2026 10:51:25**, contendo 4.683 palavras.

Código de Autenticidade deste Documento: 1093.1H51.225X.Z06R.8112

A autenticidade do documento pode ser conferida no site: <https://athus.candeiasdojamari.ro.gov.br/verdocumento>





ANÁLISE DE RISCO - AR

Nº 37/2026

CANDEIAS DO JAMARI/RO, 28 de abril de 2026.

MAPA DE RISCOS - CARTÃO VALE-ALIMENTAÇÃO

Planejamento

Fase do Processo	Risco Identificado	Probabilidade	Impacto	Danos Potenciais	Medidas Preventivas	Medidas de Contingência	Responsável
Planejamento	ETP incompleto	Média	Alto	Solução inadequada	Elaborar ETP conforme Lei 14.133	Revisar planejamento	Equipe de Planejamento
Planejamento	Pesquisa de preços deficiente	Alta	Alto	Sobrepçoço	Utilizar múltiplas fontes	Reavaliar estimativa	Equipe de Planejamento
Planejamento	Especificação restritiva	Média	Alto	Baixa competitividade	Padronizar mercado	Revisar TR	Licitações
Planejamento	Erro na quantidade	Média	Alto	Falta de atendimento	Base em dados reais	Ajuste contratual	Secretaria
Planejamento	Riscos operacionais não previstos	Média	Médio	Falhas execução	Prever SLA	Sanções	TI
Planejamento	Sem critérios sustentáveis	Baixa	Médio	Irregularidade	Incluir critérios AGU	Adequação	Planejamento
Planejamento	Taxa mal definida	Alta	Alto	Prejuízo	Pesquisa mercado	Revisão	Planejamento

Seleção do Fornecedor

Fase do Processo	Risco Identificado	Probabilidade	Impacto	Danos Potenciais	Medidas Preventivas	Medidas de Contingência	Responsável
Seleção	Licitação deserta	Média	Alto	Atraso	Ampla divulgação	Republicar	Licitações
Seleção	Restrição competitiva	Média	Alto	Nulidade	Revisão edital	Anular	Jurídico
Seleção	Preço inexequível	Alta	Alto	Inexecução	Analisar proposta	Convocar próximo	Pregoeiro
Seleção	Falha habilitação	Média	Alto	Fornecedor incapaz	Exigir comprovação	Rescisão	Licitações
Seleção	Impugnações	Alta	Médio	Atraso	Edital claro	Analisar recursos	Pregoeiro
Seleção	Parecer jurídico falho	Baixa	Alto	Irregularidade	Revisão técnica	Corrigir	Jurídico
Seleção	Direcionamento	Baixa	Alto	Sanções	Garantir isonomia	Anular	Controle Interno

Gestão Contratual

Fase do Processo	Risco Identificado	Probabilidade	Impacto	Danos Potenciais	Medidas Preventivas	Medidas de Contingência	Responsável
------------------	--------------------	---------------	---------	------------------	---------------------	-------------------------	-------------





Gestão	Falha nos créditos	Média	Alto	Prejuízo servidores	Definir SLA	Penalidades	Contratos
Gestão	Rede insuficiente	Alta	Alto	Insatisfação	Exigir rede mínima	Notificar	Contratos
Gestão	Sistema instável	Média	Alto	Interrupção	Requisitos técnicos	Sanções	TI
Gestão	Fiscalização falha	Média	Alto	Irregularidades	Designar fiscal	Substituir	Contratos
Gestão	Cobrança indevida	Baixa	Alto	Dano erário	Auditoria	Glosa	Contratos
Gestão	Inexecução parcial	Média	Alto	Serviço comprometido	Monitorar	Rescisão	Contratos
Gestão	Inércia sanções	Média	Médio	Reincidência	Capacitar	Processo sancionador	Capacitação

Assinatura do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **MARISSON PIRES DOURADO**, CPF: 987.13**.2-1 em **28/04/2026 14:11:14**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **14V1.4Z11.714V.2469.7071**, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Informações do Documento

ID do Documento: **2.516.A9C** - Tipo de Documento: **ANÁLISE DE RISCO - AR - Nº 37/2026**

Elaborado por **MARISSON PIRES DOURADO**, CPF: 987.13**.2-1, em **28/04/2026 14:11:14**, contendo 308 palavras.

Código de Autenticidade deste Documento: **14U2.6W11.614V.470K.1043**

A autenticidade do documento pode ser conferida no site: <https://athus.candeiasdojamari.ro.gov.br/verdocumento>





ANEXO – V
MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL (PREÇOS)

À Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari-PMCJ/RO
PREGÃO ELETRÔNICA Nº 06/2026
PROCESSO Nº 0004010.23.01-2025

LICITANTE:

CNPJ:

TEL:/ FAX:/ E-MAIL:/ ENDEREÇO:

C. CORRENTE:/ AG:/ BANCO:

Prazo de Validade da Proposta: ____ (____) dias (mínimo 60 dias)

Prazo de garantia do objeto:

Prazo de entrega:

Item	Descrição do Objeto	Quant.	Unid	Gódiogo	Marca/ Modelo	V. Unit.	V. Total
01							
02							
03							
04							
05							
06							
07							
08							
09							
Total geral							

Declarando conhecer e concordar plenamente com as cláusulas e condições do Edital de **Pregão Eletrônico nº 06/2026**, e seus anexos, apresentamos nossa proposta de preços para o objeto do certame conforme valores e especificações técnicas.

Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia
CEP: 768.60-000 – E-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br





Outras informações:

- **DECLARAMOS** que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no **Termo de Referência**.
- **DECLARAMOS** que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.
- Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos em assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

Local, ____ de ____ de 2025.

Nome e assinatura do Representante Legal
CNPJ DA EMPRESA





ANEXO – VI
MODELO DE DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

À Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari-PMCJ/RO
PREGÃO ELETRÔNICA Nº 06/2026
PROCESSO Nº 0004010.23.01-2025

LICITANTE:
CNPJ:

A empresa _____, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º _____, localizada na rua _____ - Nº _____ - Bairro _____ - Cidade de _____ - Estado de _____ - CEP: _____, **DECLARA** que os documentos apresentados para o certame denominado **Pregão Eletrônica Nº 002/2026**, são autênticos.

Local, ____ de _____ de 2025.

Nome e assinatura do Representante Legal
CNPJ DA EMPRESA

OBS: TIMBRE /LOGOMARCA DA PESSOA JURÍDICA EMITENTE

Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia
CEP: 768.60-000 – E-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br

Página - 29





ANEXO – VII
MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

À Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari-PMCJ/RO
PREGÃO ELETRÔNICA Nº 06/2026
PROCESSO Nº 0004010.23.01-2025

LICITANTE:
CNPJ:

DECLARO, sob as penas da Lei nº 6.938/1981, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade **Pregão Eletrônica Nº 06/2026**, instaurado pelo **Processo Administrativo n.º 0004010.23.01-2025**, que atendemos aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação das declarações e certidões pertinentes dos órgãos competentes quando solicitadas como requisito para habilitação e da obrigatoriedade do cumprimento integral ao que estabelece o art. 6º e seus incisos, da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão-MPOG.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação do registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades das Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais caso minha empresa exerça uma das atividades constantes no Anexo I da Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013, do IBAMA.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

Local, ____ de ____ de 2025.

Nome e assinatura do Representante Legal
CNPJ DA EMPRESA

OBS: TIMBRE /LOGOMARCA DA PESSOA JURÍDICA EMITENTE





ANEXO – VIII
MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

À Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari-PMCJ/RO
PREGÃO ELETRÔNICA Nº 06/2026
PROCESSO Nº 0004010.23.01-2025

LICITANTE:
CNPJ:

DECLARAMOS, para os fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei 14.133/2021, que não empregamos menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menor de 16 (dezesesseis) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz ().

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

Local, ____ de ____ de 2025.

Nome e assinatura do Representante Legal
CNPJ DA EMPRESA

OBS: TIMBRE /LOGOMARCA DA PESSOA JURÍDICA EMITENTE





Assinatura do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **RAQUEL FRANCA GIL DA SILVA**, CPF: 005.57*. **2-*6 em **30/04/2026 10:28:13**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **10W4.4228.313X.U583.6726**, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Informações do Documento

ID do Documento: **2.529.2AC** - Tipo de Documento: **EDITAL DE LICITAÇÃO**.

Elaborado por **JOSIAN DA SILVA ROCHA**, CPF: 893.74*. **2-*5 , em **30/04/2026 - 10:22:59**

Código de Autenticidade deste Documento: 1072.4922.759E.9176.7067

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
<https://athus.candeiasdojamari.ro.gov.br/verdocumento>

